

Lupo S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas e  
individuais em 31 de dezembro de 2021**

# Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais</b>	<b>18</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>22</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>23</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>24</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>25</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>26</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>27</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>28</b>



**RELEASE**

---

**4T2021**

**L**UPO

**L**SPORT

*Trifil*

SCALA

Araraquara-SP, 24 de março de 2022 – A Lupo S.A e suas controladas (“Grupo Lupo”) anuncia seus resultados do quarto trimestre (4T21) e 2021. Em razão dos efeitos acentuados da pandemia COVID-19, ao longo de 2020, este documento também trará a comparação com o mesmo período de 2019 em algumas métricas, sempre mencionando a que análise se refere. As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

## DESTAQUES 2021



**Receita líquida** consolidada de **R\$ 1,3 bi** um crescimento de **81,4%**, em relação a 2020 e de 49,0% em relação a 2019.



**EBITDA ajustado** em 2021 foi de **R\$ 306,2 milhões**, atingindo a margem de **23,1%**. Em 2020, foi de R\$ 64,2 milhões e de R\$ 99,3 milhões em 2019.



**Lucro líquido ajustado** em 2021 foi de **R\$ 229,3 milhões**, atingindo a margem de **17,3%**. Em 2020, foi de R\$ 32,9 milhões e de R\$ 63,3 milhões em 2019.



Foram **inauguradas 165 lojas** em 2021, sendo, 48 franquias, 3 Outlet, 82 Muito Lupo e 32 By TriFil, com a rede alcançando um **total de 803 lojas**.



As nossas redes lojas Lupo, LupoSport e Scala apresentaram um crescimento consolidado de **30,9% (Same Store Sales)**, excluindo o efeito da abertura de novas lojas.



**E-commerce**, a evolução do canal online próprio tem sido crescente, atingindo o valor de **R\$ 34,9 milhões** em 2021, um aumento de **147%** em relação 2020.

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021, marcado pelo aniversário de 100 anos da Lupo, foi um período ímpar, um período desafiador pelas incertezas e volatilidade do cenário empresarial. Fatos como agravamento da Pandemia com a chegada de novas variantes e consequentes restrições de mobilidade e de complicações na cadeia global de suprimentos, dentre tantos outros pontos formaram um cenário complexo, exigindo, cotidianamente, adaptações de funcionamento na Companhia.

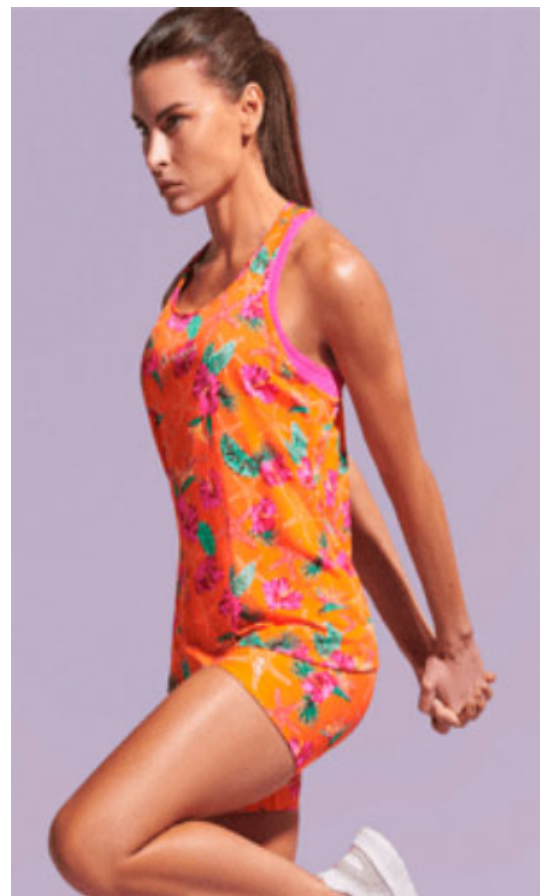
Da mesma forma foi também um período de muitas realizações impactantes que mudaram de forma indelével a vida da Companhia. Trata-se da ambiciosa obtenção do Registro de Emissor Categoria A junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ampliando o nível de compliance e transparência da Companhia.

A multicanalidade, importante alavanca estratégica, terminou o período com crescimento do número de clientes ativos atingindo 45.000 pontos de venda neste canal. As franquias e lojas exclusivas tiveram aumento de 165 lojas neste período atingindo a quantidade de 803 lojas. O faturamento líquido do ano foi de R\$ 1,3 bi, 81,4% maior que o de 2019, atingindo EBTIDA ajustado de R\$ 306,2 milhões e lucro líquido ajustado de R\$ 229,3 milhões com retorno sobre o capital investido (ROIC) de 28,5%.

Em continuidade ao processo de digitalização da Companhia, no 4T21 foi totalizada a implantação do sistema “loja sem caixa” em 115 franquias. Esse sistema possibilita que o atendente inicie e termine a venda, simplificando todos os passos do processo de compras. O sistema *OMNI Channel*, que integra o *e-commerce* com as franquias, foi estendido para mais de 90% das franquias Lupo do Brasil, bem como a todas as franquias da rede Scala. Esse sistema reduz o tempo de entrega através da utilização dos estoques das franquias mais próximas ao consumidor.

Assim, findamos este 4T21 sendo uma organização mais forte e preparada para o futuro, para garantir crescimento e retorno sustentável ressaltando, mais uma vez, a resiliência do nosso modelo de negócio.

Liliana Aufiero – Diretora Presidente



## PRINCIPAIS INDICADORES

(R\$ milhões)	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %	2019	Var. %
<b>Destaques</b>								
Receita bruta	481,3	349,4	37,8%	1.610,2	883,8	82,2%	1.065,5	51,1%
Receita líquida	420,4	289,0	45,5%	1.328,3	732,2	81,4%	891,3	49,0%
CPV	(264,5)	(211,0)	25,4%	(815,6)	(550,3)	48,2%	(616,9)	32,2%
Lucro Bruto	155,8	77,9	99,9%	512,7	181,9	181,9%	274,4	86,8%
<i>Margem bruta%</i>	<i>37,1%</i>	<i>27,0%</i>	<i>10,1 p.p</i>	<i>38,6%</i>	<i>24,8%</i>	<i>13,8 p.p</i>	<i>30,8%</i>	<i>7,8 p.p</i>
EBITDA	115,7	67,5	71,4%	379,3	64,2	490,6%	176,1	115,4%
<i>Margem EBITDA%</i>	<i>27,5%</i>	<i>23,4%</i>	<i>4,2 p.p</i>	<i>28,6%</i>	<i>8,8%</i>	<i>19,8 p.p</i>	<i>19,8%</i>	<i>8,8 p.p</i>
EBITDA Ajustado <sup>1</sup>	91,7	67,5	35,9%	306,2	64,2	376,9%	99,4	208,2%
<i>Margem EBITDA Ajustado%</i>	<i>21,8%</i>	<i>23,4%</i>	<i>-1,5 p.p</i>	<i>23,1%</i>	<i>8,8%</i>	<i>14,3 p.p</i>	<i>11,1%</i>	<i>8,8 p.p</i>
Lucro Líquido	105,1	50,7	107,4%	297,3	(17,0)	-1852,1%	112,5	164,1%
<i>Margem Líquida%</i>	<i>25,0%</i>	<i>17,5%</i>	<i>7,5 p.p</i>	<i>22,4%</i>	<i>-2,3%</i>	<i>24,7 p.p</i>	<i>12,6%</i>	<i>9,8 p.p</i>
Lucro Líquido Ajustado <sup>2</sup>	84,4	50,7	66,7%	229,3	32,9	597,0%	63,3	262,1%
<i>Margem Líquida Ajustada%</i>	<i>20,1%</i>	<i>17,5%</i>	<i>7,5 p.p</i>	<i>17,3%</i>	<i>4,5%</i>	<i>24,7 p.p</i>	<i>7,1%</i>	<i>9,8 p.p</i>
<b>Indicadores</b>								
Caixa Líquido <sup>3</sup>	51,9	101,0	-48,6%	51,9	101,0	-48,6%	62,2	-16,6%
Capital Empregado médio	782,7	710,1	10,2%	782,7	710,1	10,2%	730,1	7,2%
<i>ROIC%</i>	<i>28,5%</i>	<i>3,7%</i>	<i>20,8 p.p</i>	<i>28,5%</i>	<i>3,7%</i>	<i>20,8 p.p</i>	<i>9,2%</i>	<i>15,9 p.p</i>
Número de Lojas	70,0	39,0	79,5%	803,0	644,0	24,7%	581,0	38,2%
Franquias e próprias	26,0	11,0	136,4%	525,0	480,0	9,4%	468,0	12,2%
Muito Lupo	34,0	19,0	78,9%	208,0	126,0	65,1%	92,0	126,1%
By TriFil	10,0	9,0	11,1%	70,0	38,0	84,2%	21,0	233,3%
<i>Same Store Sales (SSS)</i>	<i>26,0%</i>	<i>18,3%</i>	<i>7,7 p.p</i>	<i>30,9%</i>	<i>-26,3%</i>	<i>57,2 p.p</i>	<i>1,8%</i>	<i>29,1 p.p</i>

Nota: Valores ajustados referem-se a medições não contábeis para fins de comparabilidade e melhor análise do mercado.

<sup>1</sup> EBITDA ajustado: exclusão dos efeitos relacionados as receitas e despesas não recorrentes.

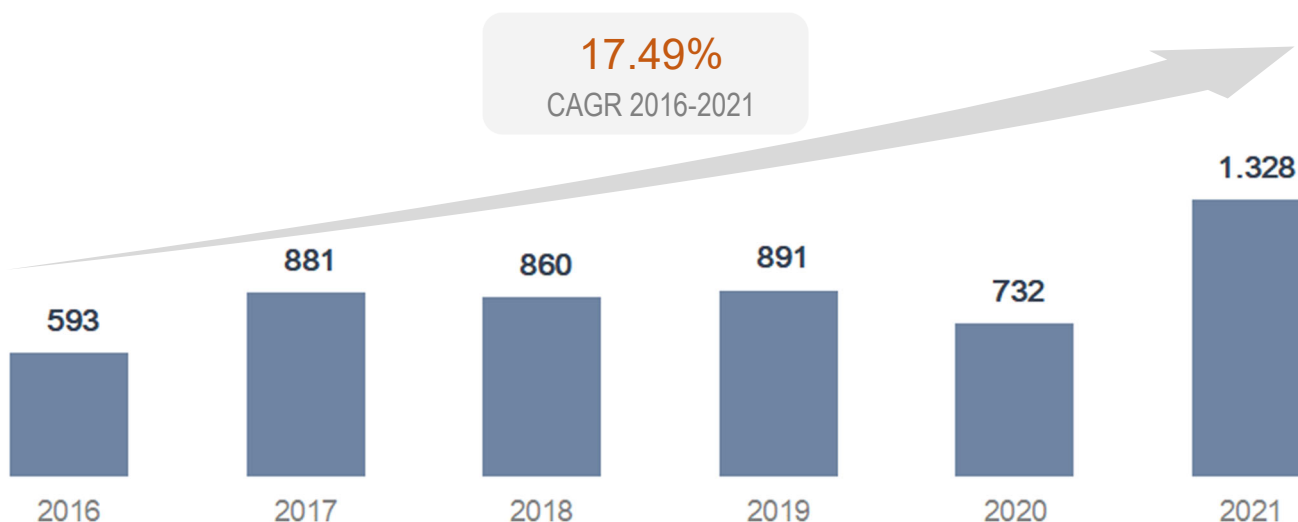
<sup>2</sup> Lucro líquido ajustado: exclusão dos efeitos relacionados as receitas e despesas não recorrentes.

<sup>3</sup> Caixa Líquido: Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, deduzidos de empréstimos e financiamentos.

## RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

A receita líquida apurada em 2021 foi de R\$ 1,3 bi, 81,4% superior ao registrado em 2020 e 49,0% em 2019. Este aumento é atribuído substancialmente ao avanço acelerado das expansões em nossas redes de lojas, com acréscimo de 159 lojas em 2021. No varejo multimarcas, foram abertos 1.251 novos espaços especiais, com as nossas marcas. Destacamos ainda, o aumento de nosso preço médio por dúzias faturadas, saindo de R\$ 88,1 (R\$ por dúzia) em 2019, para R\$ 96,3 (R\$ por dúzia) em 2021, impulsionado pela estratégia na gestão de preços e mix das nossas categorias de produtos, principalmente por meias, representando 22% sobre o total da receita líquida em 2021, seguido de cuecas com 21%, máscaras e lingerie com 19% e linha LupoSport com 10%.

Receita Líquida (R\$ milhões)



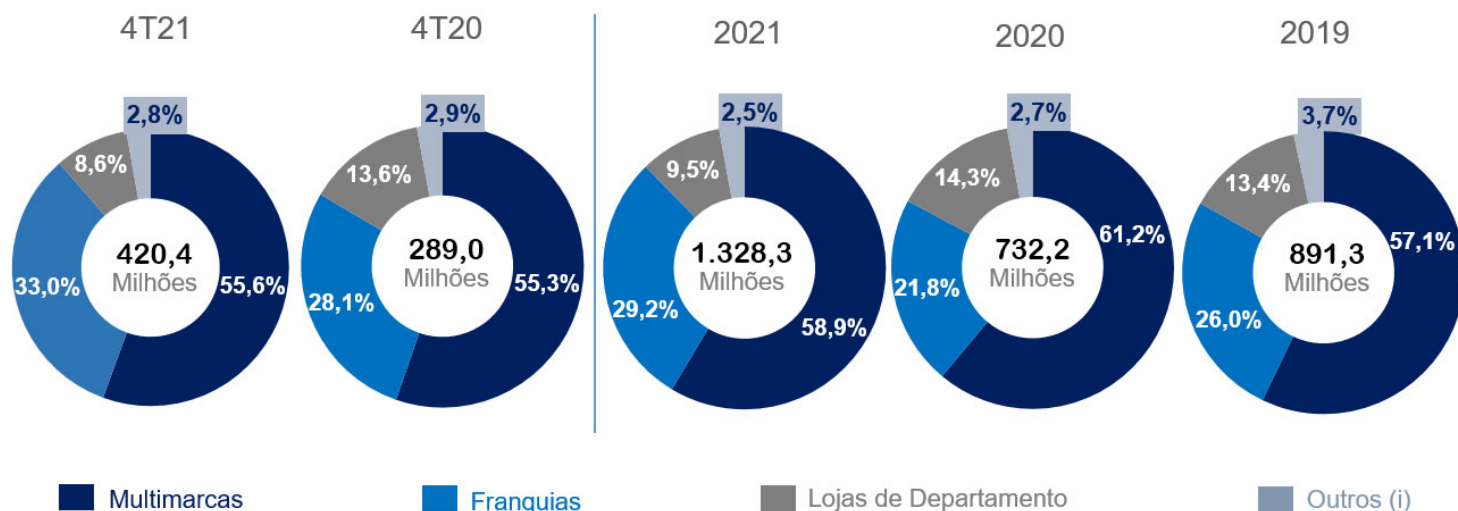
## DESEMPENHO POR CANAL

Os desempenhos de nossos canais tiveram como destaques, as franquias e o varejo multimarcas, que registraram um crescimento de 67,2% e de 53,6% em 2021, quando comparado a 2019.

(R\$ milhões)	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %	2019	Var. %
Multimarcas	233,5	159,9	46,1%	781,7	447,8	74,6%	509,0	53,6%
Franquias	138,7	81,3	70,7%	388,1	159,5	143,3%	232,1	67,2%
Lojas de departamento	36,3	39,4	-7,9%	125,7	104,8	19,9%	119,8	5,0%
Private Label	3,2	2,0	60,5%	10,4	7,2	44,4%	11,0	-5,2%
Outras (i)	0,6	0,8	-29,3%	2,9	1,7	66,0%	2,5	14,6%
Receita líquida mercado interno	412,4	283,4	45,5%	1.308,8	721,1	81,5%	874,3	49,7%
Receita líquida mercado externo	8,0	5,6	43,2%	19,4	11,1	75,2%	17,0	14,4%
Receita líquida Total	420,4	289,0	45,5%	1.328,3	732,2	81,4%	891,3	49,0%

(i) Considera matérias-primas, como fios, elásticos, acessórios e alugueis de imóveis.

Gráfico Receita Líquida por Canal



(i) Considera *private label*, mercado externo, além de matérias-primas, como fios, elásticos, acessórios e aluguéis de imóveis.

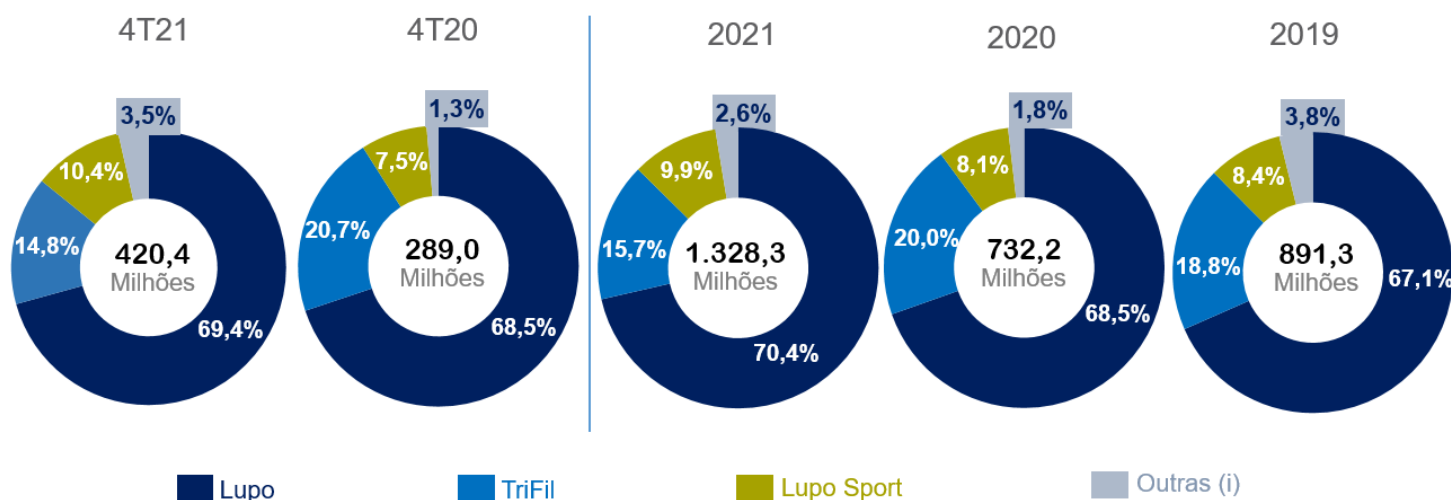
## DESEMPENHO POR MARCA

Nossas marcas Lupo, Lupo Sport, TriFil e Scala realçam o ótimo desempenho em 2021. Seguimos com o nosso projeto de expansão da marca Lupo Sport que registrou um crescimento de 120,1% em relação a 2020 e de 74,7%, comparado a 2019.

(R\$ milhões)	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %	2019	Var. %
Lupo	291,6	198,0	47,3%	934,6	501,8	86,2%	597,7	56,4%
TriFil	62,4	59,9	4,1%	208,9	146,5	42,6%	167,5	24,7%
LupoSport	43,8	21,7	101,7%	131,0	59,5	120,1%	75,0	74,7%
Outras (i)	14,7	3,8	282,3%	34,3	13,3	158,9%	34,1	0,6%
Receita líquida mercado interno	412,4	283,4	45,5%	1.308,8	721,1	81,5%	874,3	49,7%
Receita líquida mercado externo	8,0	5,6	43,2%	19,4	11,1	75,2%	17,0	14,4%
Receita Líquida Total	420,4	289,0	45,4%	1.328,3	732,2	81,4%	891,3	49,0%

(i) Considera lojas Scala, matérias-primas, como fios, elásticos, acessórios e aluguéis de imóveis.

## Gráfico Receita Líquida por Marca



(i) Considera lojas Scala, matérias-primas, como fios, elásticos, acessórios e alugueis de imóveis.

## LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

A margem bruta foi em 2021 foi de 38,6%, avanço de 13,8 p.p., comparado a 2020. As sinergias concluídas desde a aquisição do Grupo Scalina em Dez/2016, principalmente, com reduções em custos com matérias primas (Elastano, Poliamida e Algodão) na ordem de 25% e dos custos com energia elétrica em 50%, contribuíram para esse aumento da margem bruta. Além disso, o aumento da demanda por produtos sem costura, como esportivo e de cuecas, também contribuíram para a diluição dos custos fixos de produção e redução de 8,2% nos custos unitário por dúzias, sobre 2020.

(R\$ milhões)	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %	2019	Var. %
Receita Líquida	420,4	289,0	45,4%	1.328,3	732,2	81,4%	891,3	49,0%
Matéria prima, consumo e outros	(185,0)	(128,0)	44,6%	(524,6)	(333,1)	57,5%	(375,0)	39,9%
Despesas com pessoal	(68,6)	(73,1)	-6,2%	(245,3)	(182,3)	34,6%	(199,3)	23,1%
Depreciação e amortização	(4,6)	(5,6)	-18,9%	(21,1)	(18,1)	16,7%	(17,9)	18,0%
Energia elétrica	(6,4)	(4,4)	47,3%	(24,6)	(16,8)	46,1%	(24,8)	-0,6%
Total custos dos produtos vendidos	(264,5)	(211,0)	25,4%	(815,6)	(550,3)	48,2%	(616,9)	32,2%
Unidades Faturadas (em Dúzias)	4,4	3,8	15,8%	16,8	10,4	61,4%	12,2	37,6%
Custo unitário (em R\$ por Dúzias)	(60,3)	(55,7)	8,3%	(48,6)	(52,9)	-8,2%	(50,6)	-3,9%
Lucro Bruto	155,8	78,0	99,8%	512,7	181,9	181,9%	274,4	86,8%
Margem bruta%	37,1%	27,0%	10,1 p.p	38,6%	24,8%	13,8 p.p	30,8%	7,8 p.p

## DESPESAS DE VENDAS E ADMINISTRATIVAS – (SG&A)

As despesas com vendas e administrativas (SG&A), representam em 2021, 17,8% sobre as receitas operacionais líquida (ROL) face a 21,5% em 2020, uma redução de 3,8 p.p, ocasionado pela diluição de nossas despesas fixas em decorrência do forte aumento nas vendas, absorvendo ainda, o aumento substancial das despesas com prestação de serviços no processo de abertura de capital e registro de Companhia aberta na CVM.

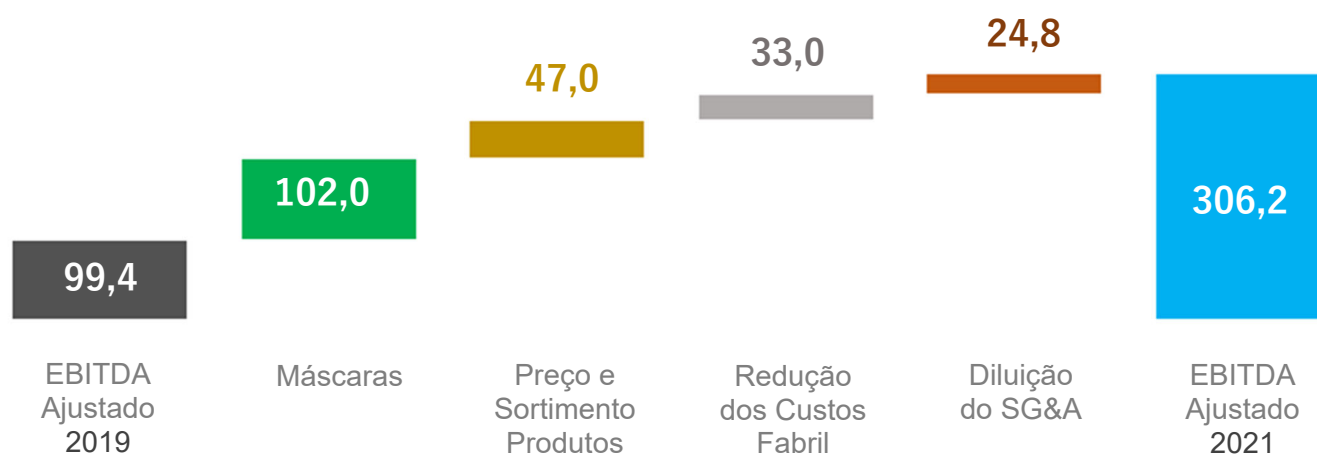
(R\$ milhões)	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %	2019	Var. %
SG&A	(72,6)	(45,2)	60,5%	(236,0)	(157,7)	49,7%	(208,9)	13,0%
<i>% receita líquida</i>	<i>-17,3%</i>	<i>-15,7%</i>	<i>1,6 p.p</i>	<i>-17,8%</i>	<i>-21,5%</i>	<i>-3,8 p.p</i>	<i>-23,4%</i>	<i>-5,7 p.p</i>
Pessoal	(17,7)	(14,1)	26,0%	(62,7)	(58,4)	7,3%	(69,0)	-9,2%
Despesas comerciais	(27,0)	(12,4)	118,5%	(93,1)	(39,2)	137,6%	(58,5)	59,0%
Fretes e armazenagem	(12,0)	(14,1)	-14,4%	(41,6)	(42,4)	-1,7%	(53,4)	-21,9%
Prestação de serviços	(8,5)	(2,6)	231,2%	(21,4)	(9,1)	134,3%	(10,4)	104,9%
Depreciações	(1,1)	(1,5)	-28,1%	(5,3)	(3,7)	44,8%	(4,9)	9,7%
Outras	(6,2)	(0,7)	815,3%	(12,0)	(5,0)	141,4%	(12,7)	-5,7%

## EBITDA E MARGEM EBITDA

EARNINGS BEFORE INTERESTS, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION

EBITDA ajustado em 2021 foi de R\$ 306,2 milhões e uma margem EBITDA ajustada de 23,1%, acréscimo de 8,8 p.p. em relação a 2019, alavancado pela diversificação em nossos portfólios e sortimentos de produtos como, máscaras e linha esportiva, repasse de preços, aumento da produtividade fabril e diluição das despesas com SG&A.

EBITDA Ajustado 2019 vs 2021 (R\$ milhões)



Reconciliação EBITDA - (R\$ milhões)	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %	2019	Var. %
Lucro Líquido	105,1	50,7	45,4%	297,3	(17,0)	81,4%	112,5	49,0%
(+/-) Despesas com IR e CS	1,4	(0,2)	-1001,3%	49,6	43,9	13,1%	30,4	63,2%
(+/-) Financeiras líquidas	2,4	0,8	185,3%	5,3	6,5	-19,3%	5,6	-5,4%
(+) Depreciação e amortização	6,8	16,1	-57,7%	27,1	30,8	-12,0%	27,6	-1,8%
<b>(=) EBITDA</b>	<b>115,7</b>	<b>67,5</b>	<b>71,4%</b>	<b>379,3</b>	<b>64,2</b>	<b>490,6%</b>	<b>176,1</b>	<b>115,4%</b>
<i>Margem EBITDA%</i>	<i>27,5%</i>	<i>23,4%</i>	<i>10,1 p.p</i>	<i>28,6%</i>	<i>8,8%</i>	<i>19,8 p.p</i>	<i>19,8%</i>	<i>8,8 p.p</i>
Reversão do ganho decorrente do crédito de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS <sup>1</sup>	(24,0)	-	(24,0)	(85,1)	-	(85,1)	(76,7)	(8,4)
Reversão de provisão da contribuição previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) <sup>2</sup>	-	-	-	21,0	-	21,0	-	21,0
Reversão do IRPJ e CSLL sobre valores atinentes à taxa selic do crédito ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS <sup>3</sup>	-	-	-	(8,9)	-	(8,9)	-	(8,9)
<b>(=) EBITDA Ajustado</b>	<b>91,7</b>	<b>67,5</b>	<b>35,9%</b>	<b>306,2</b>	<b>64,2</b>	<b>376,9%</b>	<b>99,4</b>	<b>208,2%</b>
<i>Margem EBITDA ajustada %</i>	<i>21,8%</i>	<i>23,4%</i>	<i>10,1 p.p</i>	<i>23,1%</i>	<i>8,8%</i>	<i>19,8 p.p</i>	<i>11,1%</i>	<i>8,8 p.p</i>

<sup>1</sup> São decorrentes das receitas de R\$ 65,9 milhões e R\$ 24,0, deduzidos de honorários advocatícios no valor de R\$ 3,5 milhões, referente ao processo para assegurar o direito de afastar a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

<sup>2</sup> Processo tributário de discussão da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), na qual a Companhia realizou uma provisão do valor mais provável de perda informado pelos assessores jurídicos.

<sup>3</sup> Em 24 de setembro de 2021 foi realizado o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") do RE nº 1.063.187, com repercussão geral reconhecida (Tema 962) e, por unanimidade de votos, declarou-se inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Conseqüentemente, foi realizada a reversão do IRPJ e da CSLL calculados sobre os juros Selic que compunham a parcela não utilizada do crédito tributário reconhecido (exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS). Adicionalmente, foi reconhecido o montante de R\$ 8,9 em Imposto de renda e contribuição social a recuperar em contrapartida de outras receitas referente aos créditos que já tinham sido utilizados e tributados.

O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

## LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

Como a Companhia possui caixa líquido, o forte desempenho operacional reflete diretamente na margem líquida. O lucro líquido ajustado em 2021 foi de R\$ 229,3 milhões, com uma margem líquida ajustada de 17,3%, acréscimo de 9,8 p.p., comparando 2019.

Lucro Líquido - (R\$ milhões)	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %	2019	Var. %
Lucro Líquido	105,1	50,7	107,4%	297,3	(17,0)	-1852,1%	112,5	164,1%
<i>Margem líquida %</i>	<i>25,0%</i>	<i>17,5%</i>	<i>7,5 p.p</i>	<i>22,4%</i>	<i>-2,3%</i>	<i>24,7 p.p</i>	<i>12,6%</i>	<i>9,8 p.p</i>
Reversão do ganho decorrente do crédito de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS <sup>1</sup>	(20,6)	-	(20,6)	(71,4)	-	(71,4)	(49,2)	(22,2)
Reversão de provisão da contribuição previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) <sup>2</sup>	-	-	-	13,9	-	13,9	-	13,9
Reversão do IRPJ e CSLL sobre valores atinentes à taxa selic do crédito ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS <sup>3</sup>	-	-	-	(10,4)	-	(10,4)	-	(10,4)
Reversão da baixa de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal <sup>*</sup>	-	-	-	-	49,9	(49,9)	-	-
Lucro Líquido Ajustado	84,4	50,7	66,7%	229,3	32,9	597,0%	63,3	262,1%
<i>Margem líquida %</i>	<i>20,1%</i>	<i>17,5%</i>	<i>7,5 p.p</i>	<i>17,3%</i>	<i>4,5%</i>	<i>24,7 p.p</i>	<i>7,1%</i>	<i>9,8 p.p</i>

<sup>1</sup> São decorrentes das receitas de R\$ 65,9 milhões e R\$ 24,0, deduzidos de honorários advocatícios no valor de R\$ 3,5 milhões, referente ao processo para assegurar o direito de afastar a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

<sup>2</sup> Processo tributário de discussão da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), na qual a Companhia realizou uma provisão do valor mais provável de perda informado pelos assessores jurídicos.

<sup>3</sup> Em 24 de setembro de 2021 foi realizado o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") do RE nº 1.063.187, com repercussão geral reconhecida (Tema 962) e, por unanimidade de votos, declarou-se inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Conseqüentemente foi realizada a reversão do IRPJ e da CSLL diferidos sobre os juros Selic que compunham a parcela não utilizada do crédito tributário (exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS).

<sup>\*</sup> Baixa de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal acumulado da controlada Scalina no valor de R\$ 49,2 milhões, onde não há perspectiva factível para utilização desse saldo no próximo período, tendo em vista o histórico de prejuízo.

## GERAÇÃO DE CAIXA

A geração de caixa livre consolidado foi de R\$ 115,7 milhões em 2021 contra R\$ 132,2 milhões em 2020. A redução de R\$ 16,5 milhões, se deve ao aumento de investimentos que foram direcionados para a compra de 150 novas máquinas sem costura e de 148 máquinas socks. Além disso, houve maior desembolso para pagamento de IR e CS, reflexo do excepcional resultado da Companhia no ano.

DFC Gerencial Consolidado (R\$ milhões)	2021	2020	Var. R\$	2019	Var. R\$
EBITDA	379,3	64,2	315,0	176,1	203,2
Itens não caixa e impostos	13,0	41,0	(28,0)	1,8	11,2
Itens não caixa <sup>1</sup>	14,6	(1,9)	16,5	(23,7)	38,4
IR e CS diferidos	53,2	43,9	9,3	30,4	22,8
IR e CS corrente	(54,8)	(1,0)	(53,9)	(4,9)	(49,9)
Investimentos em capital de giro	(217,7)	46,7	(264,4)	(54,0)	(163,7)
Contas a receber de clientes	(53,3)	(0,6)	(52,7)	(16,9)	(36,5)
Estoques	(79,0)	28,8	(107,8)	(1,2)	(77,9)
Impostos a recuperar	(83,8)	17,0	(100,8)	(75,1)	(8,7)
Fornecedores e salários	9,2	(0,6)	9,8	15,9	(6,7)
Outros	(10,7)	2,1	(12,8)	23,2	(33,9)
CapEx	(58,8)	(19,7)	(39,1)	(17,1)	(41,8)
Geração de Caixa Livre	115,7	132,2	(16,5)	106,7	9,0

<sup>1</sup> Itens não caixa, considera-se provisões para contingência, perdas com clientes, obsolescência de estoques e baixa de ativos fixos.

## CAIXA LÍQUIDO

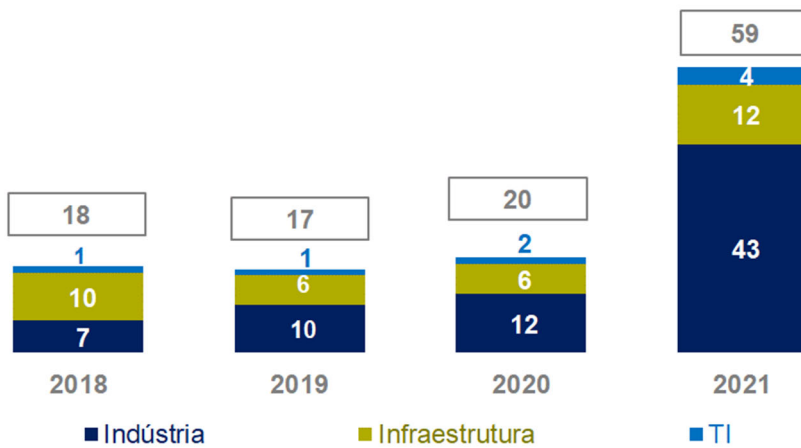
A Companhia apurou um caixa líquido de R\$ 51,9 milhões em 2021, uma redução de R\$ 49,1 milhões em relação a 2020, reflexo da distribuição de dividendos intermediário, para aporte em um investimento parcial no montante de R\$ 78 milhões para aquisição de uma planta fabril localizada no município de Pacatuba-CE, onde serão confeccionados cuecas, pijamas e lingerie.

Caixa Líquido (R\$ milhões)	2021	2020	Var. R\$	2019	Var. R\$
Empréstimos e financiamentos (circulante)	11,5	12,2	(0,7)	25,3	(13,8)
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	33,6	9,1	24,5	10,9	22,7
Dívida Bruta	45,1	21,3	23,8	36,2	8,9
Caixa, equivalente de caixa e títulos mobiliários	97,0	122,3	(25,3)	83,5	13,5
Caixa Líquido	51,9	101,0	(49,1)	47,3	4,6

## INVESTIMENTOS

A Companhia realizou investimentos em maquinários com tecnologia de ponta no montante de R\$ 13 milhões no 3T21, em continuidade ao plano de expansão da unidade fabril da linha sem costura e socks. No período 9M21 totaliza, R\$ 35 milhões de investimentos.

Evolução dos Investimentos (R\$ milhões)

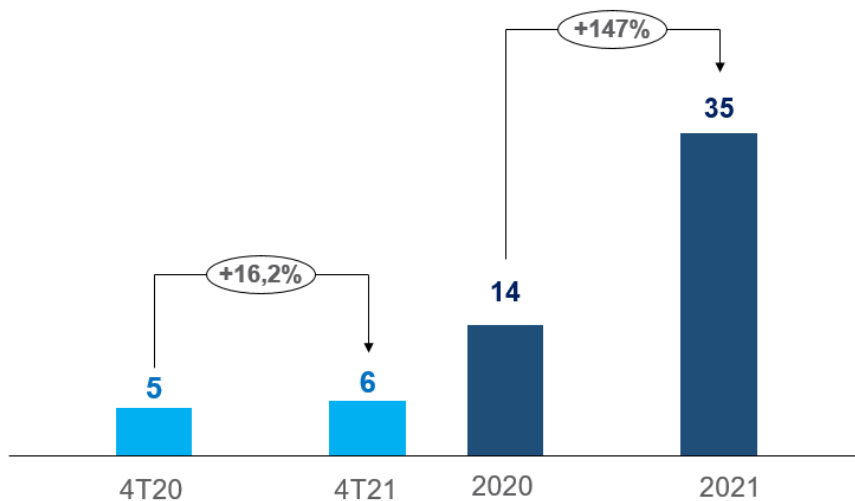


## VENDAS E-COMMERCE

Em continuidade ao processo de digitalização da Companhia dentro do sistema *OMNI Channel*, foram integrados o e-commerce com todas as lojas da rede *Scala*, estendido para todas as franquias *Lupo* do Estado de São Paulo. Esse sistema reduz o tempo de entrega através da utilização dos estoques das franquias mais próximas ao consumidor. Em 2021 nosso e-commerce próprio registrou uma receita de R\$ 35 milhões, 147% superior a 2020.



Receita Bruta E-commerce (R\$ milhões)



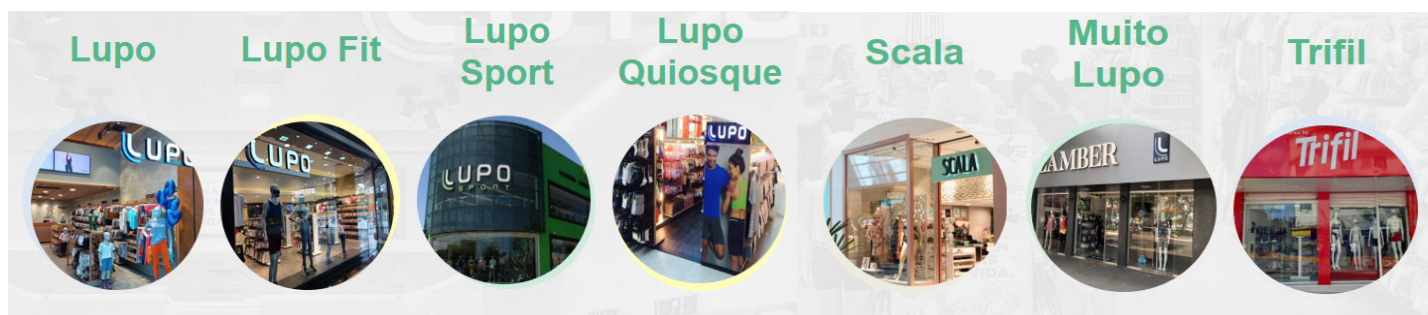
## SUSTENTABILIDADE - ESG

Queremos operar negócios sustentáveis e para tanto buscamos a utilização consciente dos recursos naturais, com tecnologias modernas, aprimorando nosso capital humano, aliado à participação ativa no desenvolvimento da comunidade local. Nosso relatório completo de Sustentabilidade pode ser acessado pelo website:

<https://ri.lupo.com.br/>



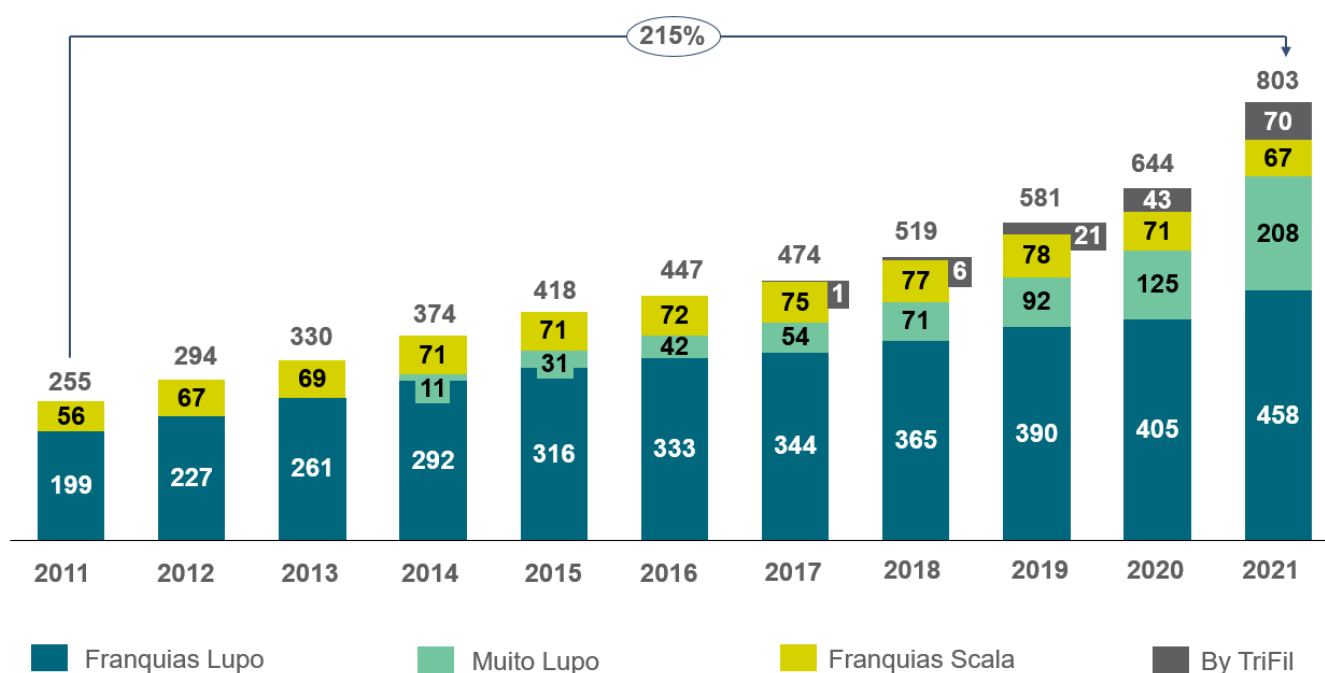
## NOSSAS REDES DE LOJAS



Nossas redes de lojas **representaram 37% da receita bruta** consolidada em 2021. As redes de lojas do Grupo Lupo são formadas por **803 lojas**, distribuídas por 4 diferentes tipos:

- ❖ **Rede de Franquias Lupo**, formada pelas franquias Lupo com 432 lojas, acréscimo de 43 lojas em relação a 2020, franquias Lupo Sport com 16 lojas e Outlet Lupo com 8 lojas, totalizando 456 lojas, sendo 2 próprias.
- ❖ **Rede de lojas Exclusivas Lupo**, formada pelas lojas exclusivas totalizando 208 lojas, acréscimo de 82 lojas em 2021, comparado a 2020.
- ❖ **Rede de Franquias Scala**, formada pelas franquias Scala totalizando 67 lojas, sendo 1 própria.
- ❖ **Rede de lojas Exclusivas TriFil**, formada pelas lojas exclusivas totalizando 70 lojas, acréscimo de 32 lojas em 2021, comparado a 2020.

### Evolução do Número de Lojas



Em 2021 as nossas redes de franquias Lupo apuraram um **sell out** de R\$ 951,2 milhões, contra R\$ 472,4 milhões em 2020, crescimento de 101,4%. A rede de lojas Scala apurou um **sell out** de R\$ 100,3 milhões no período em 2021, contra R\$ 59,3 milhões em 2020, acréscimo de 69,1%.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO GRUPO LUPO

As Demonstrações financeiras Consolidadas e individuais da Lupo S.A. referente aos exercícios findos de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, bem como de anos anteriores estão disponíveis para acesso através do website:

<https://ri.lupo.com.br/>

## AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

Liliana Aufiero  
Diretora Presidente

Carlos Alberto Mazzeu  
Diretor Vice-Presidente e  
Diretor de RI



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da  
Lupo S.A.  
Araraquara – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lupo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lupo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Redução ao valor recuperável de unidades geradoras de caixa que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura

Veja as Notas 5.b, 8.I, 8.o, 16 e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia reconheceu, em 30 de novembro de 2016, como investimento (individual) e ativo intangível (consolidado), o montante de R\$ 53.245 referente ao ágio por expectativa de rentabilidade futura devido a aplicação do método de aquisição para a combinação de negócio da Scalina Ltda.</p> <p>Conforme, CPC 01/IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos, o ágio por expectativa de rentabilidade futura deve ser testado anualmente. Conseqüentemente, a Companhia estimou o valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC"), a qual esse ativo está alocado, com base no valor em uso.</p> <p>A determinação do valor em uso considera os fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, e envolve o uso de premissas tais como: (i) período projetivo (5 anos); (ii) perpetuidade; (iii) a taxa de desconto baseada no custo médio ponderado de capital (WAAC); (iv) sensibilização do crescimento da receita líquida de acordo com o ajuste inflacionário e mais um percentual do produto interno bruto - PIB.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido à relevância do ágio por expectativa de rentabilidade futura e às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da unidade geradora de caixa que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos do ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ A avaliação dos desenhos e implementação dos controles internos chaves relacionados com a determinação dos valores recuperáveis da UGC que contém ágio por expectativa de rentabilidade futura originado em combinação de negócio;</li><li>▪ Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas:<ul style="list-style-type: none"><li>(i) se a estimativa do valor em uso foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto;</li><li>(ii) se as principais premissas consideradas na projeção (período projetivo; perpetuidade; taxa de desconto; inflação e PIB) estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com orçamento aprovado pela Administração da Companhia;</li><li>(iii) sensibilização dessas principais premissas;</li><li>(iii) do recálculo da taxa de desconto com base na metodologia WACC; e</li><li>(iv) se os cálculos matemáticos estão adequados.</li></ul></li><li>▪ Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</li></ul> <p>Com base, nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitável o saldo do ágio por expectativa de rentabilidade futura, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

## Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 24 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP-027611/F



Giovani Ricardo Pigatto  
Contador CRC 1SP263189/O-7

Lupo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
Caixa e equivalentes de caixa	9	96.994	104.851	96.367	103.588	Fornecedores	20	40.545	41.795	29.502	29.033
Títulos e valores mobiliários	10	-	17.446	-	17.446	Empréstimos e financiamentos	21	11.512	12.223	11.512	12.223
Contas a receber de clientes	11	316.719	263.638	261.371	217.684	Salários e férias a pagar	22	27.195	16.767	20.891	13.032
Estoques	12	241.234	160.555	161.751	105.710	Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	4	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	13	20.842	3.260	17.441	2.824	Impostos e contribuições a recolher	23	27.417	16.866	23.294	13.460
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	14	33.935	1.781	33.878	191	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27	21.250	30.440	21.250	30.440
Impostos a recuperar	14	12.367	27.181	11.799	26.824	Outras contas a pagar		3.958	4.262	7.796	7.629
Outras contas a receber		5.156	4.894	4.082	3.743	Passivo de arrendamentos	19	8.725	5.791	8.725	5.791
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>727.247</b>	<b>583.606</b>	<b>586.689</b>	<b>478.010</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>140.606</b>	<b>128.144</b>	<b>122.970</b>	<b>111.608</b>
Contas a receber de clientes	11	1.986	2.846	57	556	Empréstimos e financiamentos	21	33.603	9.083	33.603	9.067
Impostos a recuperar	14	90.251	29.818	26.991	29.816	Impostos e contribuições a recolher	23	3.584	5.255	-	856
Depósitos judiciais	25	5.498	8.009	139	261	Passivo fiscal diferido	15	40.643	56.763	32.246	47.793
Ativo fiscal diferido	15	458	10.227	-	816	Provisões para contingências	25	14.150	3.443	6.768	-
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>98.193</b>	<b>50.900</b>	<b>27.187</b>	<b>31.449</b>	Outras contas a pagar		925	1.285	926	1.286
Investimentos	16	142	142	266.208	187.219	Passivo de arrendamentos	19	50.627	31.199	50.627	31.199
Imobilizado	17 e 19	325.683	269.407	294.396	235.175	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>143.532</b>	<b>107.028</b>	<b>124.170</b>	<b>90.201</b>
Intangível	18	65.128	65.454	4.915	4.293	<b>Patrimônio líquido</b>	27				
		390.953	335.003	565.519	426.687	Capital social		628.156	628.156	628.156	628.156
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>489.146</b>	<b>385.903</b>	<b>592.706</b>	<b>458.136</b>	Reserva de capital		-	7.973	-	7.973
						Ações em tesouraria		-	(7.973)	-	(7.973)
						Ajuste de avaliação patrimonial		108.661	106.167	108.661	106.167
						Reservas de lucros		167.194	14	167.194	14
						Dividendos adicionais propostos		28.244	-	28.244	-
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>932.255</b>	<b>734.337</b>	<b>932.255</b>	<b>734.337</b>
						<b>Total do passivo</b>		<b>284.138</b>	<b>235.172</b>	<b>247.140</b>	<b>201.809</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.216.393</b>	<b>969.509</b>	<b>1.179.395</b>	<b>936.146</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.216.393</b>	<b>969.509</b>	<b>1.179.395</b>	<b>936.146</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

**Demonstrações de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>28</b>	1.328.256	732.190	1.090.600	569.367
<b>Custos dos produtos vendidos</b>	<b>29</b>	(815.580)	(550.297)	(663.851)	(405.855)
<b>Lucro bruto</b>		512.676	181.893	426.749	163.512
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>					
Vendas	30	(164.834)	(108.806)	(127.909)	(80.266)
Administrativas e gerais	31	(71.213)	(48.875)	(53.296)	(34.827)
Reversão (Perdas) esperadas com créditos	11	(1.126)	(3.051)	(807)	(1.329)
Outras receitas operacionais	32	116.382	22.463	45.960	6.867
Outras despesas operacionais	32	(39.727)	(10.197)	(25.851)	(3.410)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		352.158	33.427	264.846	50.547
Receitas financeiras	33	13.099	9.036	11.177	6.385
Despesas financeiras	33	(18.368)	(15.565)	(16.330)	(13.306)
<b>Financeiras líquidas</b>		(5.269)	(6.529)	(5.153)	(6.921)
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos	16	-	-	78.989	(63.786)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		346.889	26.898	338.682	(20.160)
Imposto de renda e contribuição social:					
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15	(56.251)	(7.351)	(56.139)	(6.374)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15	6.636	(36.514)	14.731	9.562
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>		297.274	(16.967)	297.274	(16.973)
<b>Resultado atribuído aos:</b>					
Acionistas controladores		297.274	(16.973)	297.274	(16.973)
Acionistas não controladores		-	6	-	-
		297.274	(16.967)	297.274	(16.973)
Resultado por ação	34	1,5045	(0,0859)	1,5045	(0,0859)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

**Demonstrações de resultados abrangentes**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	297.274	(16.967)	297.274	(16.973)
Outros resultados abrangentes				
Ganho (Perda) com <i>hedge</i> de fluxo de caixa	3.644	(843)	3.644	(843)
Resultado abrangente total	<u>300.918</u>	<u>(17.810)</u>	<u>300.918</u>	<u>(17.816)</u>
<b>Resultado atribuído aos:</b>				
Acionistas controladores	300.918	(17.816)	300.918	(17.816)
Acionistas não controladores	-	6	-	-
	<u>300.918</u>	<u>(17.810)</u>	<u>300.918</u>	<u>(17.816)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.**

*(Em milhares de reais)*

	Reservas													Total
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de liquidez	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de Lucros	Reserva para investimento	Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação de não controladores	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	545.260	7.973	(7.973)	108.209	5.627	29.634	21.509	34.708	24.204	15.990	-	785.141	-	785.141
Aumento de capital	82.896	-	-	-	(5.627)	-	(21.509)	(34.708)	(21.052)	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.990)	-	(15.990)	(6)	(15.996)
Realização do custo atribuído	-	-	-	(1.199)	-	-	-	-	-	-	1.199	-	-	-
<b>Outros resultados abrangentes</b>														
Perda com <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	(842)	-	-	-	-	-	-	-	(842)	-	(842)
Transações com acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.973)	(16.973)	6	(16.967)
Destinação do lucro líquido:														
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de liquidez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Distribuir	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.000)	(17.000)	-	(17.000)
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção dosprejuízos com saldos de reservas de lucros	-	-	-	-	-	(29.634)	-	-	(3.138)	-	32.772	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	628.156	7.973	(7.973)	106.167	-	-	-	-	14	-	-	734.337	-	734.337
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	628.156	7.973	(7.973)	106.167	-	-	-	-	14	-	-	734.337	-	734.337
Realização do custo atribuído	-	-	-	(1.150)	-	-	-	-	-	-	1.150	-	-	-
<b>Outros resultados abrangentes</b>														
Perda com <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	-	-	3.644	-	-	-	-	-	-	-	3.644	-	3.644
Transferência entre contas	-	(7.973)	7.973	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transações com acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	297.274	297.274	-	297.274
Destinação do lucro líquido:														
Reserva legal	-	-	-	-	14.921	-	-	-	-	-	(14.921)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	85.528	-	-	-	(85.528)	-	-	-
Reserva para investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	66.731	-	(66.731)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.000)	(25.000)	-	(25.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.244	(28.244)	-	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.000)	(78.000)	-	(78.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	628.156	-	-	108.661	14.921	-	85.528	-	66.745	28.244	-	932.255	-	932.255

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2.021	2020	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do exercício</b>		297.274	(16.967)	297.274	(16.972)
<b>Ajustes para:</b>					
Depreciação e amortização		27.093	30.789	21.144	17.961
Provisões para contingências		10.707	(11.025)	6.768	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	15	49.615	43.865	41.408	(3.188)
Varição monetária, cambial e juros		10.022	6.323	10.024	7.268
Provisão para perdas de crédito esperadas	11	1.126	3.051	807	1.329
Provisão para perdas de estoques	12	(1.648)	5.784	3.561	5.784
Custo do ativo imobilizado baixado	17 e 19	4.457	318	2.928	893
Equivalência patrimonial	16	-	-	(78.989)	63.787
		<b>398.646</b>	<b>62.138</b>	<b>304.925</b>	<b>76.862</b>
<b>Variações em:</b>					
Contas a receber de clientes		(53.347)	(608)	(43.995)	(8.921)
Estoques		(79.031)	28.794	(59.602)	(8.272)
Adiantamento a fornecedores		(17.582)	-	(14.766)	-
IR e CSLL a recuperar		-	-	(39.869)	-
Impostos a recuperar		(83.782)	17.048	17.850	16.828
Outras contas a receber		(262)	(28)	(339)	(572)
Depósitos judiciais		2.511	(1.083)	122	(261)
Fornecedores		(1.250)	2.154	469	5.584
Salários e férias a pagar		10.428	(2.751)	7.859	(503)
Impostos e contribuições a recolher		8.887	1.162	8.977	5.409
Outras contas a pagar		(674)	2.053	(194)	5.691
		<b>184.544</b>	<b>108.879</b>	<b>181.437</b>	<b>91.845</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>					
Imposto de renda e contribuição social pagos		(54.847)	(977)	(54.847)	-
Juros pagos		(3.570)	(2.630)	(3.581)	(2.643)
		<b>126.127</b>	<b>105.272</b>	<b>123.009</b>	<b>89.202</b>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>					
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Lucros recebidos		-	-	-	12.933
Aquisição de imobilizado	17	(55.357)	(18.234)	(52.899)	(17.617)
Aquisição de intangível	18	(3.488)	(1.499)	(2.209)	(1.436)
Baixa / aumento em Aplicações Financeiras		17.446	(17.446)	17.446	(17.446)
		<b>(41.399)</b>	<b>(37.179)</b>	<b>(37.662)</b>	<b>(23.566)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>					
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Pagamento de arrendamento		(6.720)	(4.219)	(6.720)	(4.219)
Pagamento de dividendos		(93.990)	(5.788)	(93.990)	(5.788)
Pagamento de juros sobre capital próprio		(14.450)	(12.750)	(14.450)	(12.750)
Financiamentos e empréstimos tomados		34.217	-	34.217	-
Pagamentos de financiamentos e empréstimos		(11.642)	(23.994)	(11.625)	(20.213)
		<b>(92.585)</b>	<b>(46.751)</b>	<b>(92.568)</b>	<b>(42.970)</b>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>					
<b>Diminuição (aumento) líquido em caixa e equivalente de caixa</b>					
		<b>(7.857)</b>	<b>21.342</b>	<b>(7.221)</b>	<b>22.666</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		104.851	83.509	103.588	80.924
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		96.994	104.851	96.367	103.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
<b>RECEITAS</b>	<b>1.621.254</b>	<b>897.416</b>	<b>1.344.299</b>	<b>702.721</b>
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	1.616.554	888.273	1.343.823	702.912
Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)	(1.126)	(3.051)	(807)	(1.329)
Outras receitas	5.826	12.194	1.283	1.138
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(646.906)</b>	<b>(505.985)</b>	<b>(557.239)</b>	<b>(335.761)</b>
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(526.082)	(340.370)	(429.172)	(250.294)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(150.045)	(187.977)	(143.610)	(95.124)
Perda / Recuperação de valores ativos	29.221	22.362	15.543	9.657
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>974.348</b>	<b>391.431</b>	<b>787.060</b>	<b>366.960</b>
<b>RETENÇÕES</b>				
Depreciação, amortização e exaustão	(27.093)	(30.789)	(21.144)	(17.961)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>947.255</b>	<b>360.642</b>	<b>765.916</b>	<b>348.999</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>13.099</b>	<b>9.036</b>	<b>90.166</b>	<b>(54.751)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	78.989	(63.787)
Receitas financeiras	13.099	9.036	11.177	9.036
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>960.354</b>	<b>369.678</b>	<b>856.082</b>	<b>294.248</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>960.354</b>	<b>369.678</b>	<b>856.082</b>	<b>294.248</b>
<b>Pessoal</b>	<b>300.943</b>	<b>213.099</b>	<b>243.197</b>	<b>162.788</b>
Remuneração direta	224.602	170.151	182.065	132.015
Benefícios	58.453	26.808	46.430	18.740
FGTS	17.888	16.140	14.702	12.033
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>334.359</b>	<b>152.124</b>	<b>293.461</b>	<b>131.056</b>
Federais	230.417	90.947	192.542	72.689
Estaduais	103.620	61.176	100.875	58.367
Municipais	322	1	44	-
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>27.778</b>	<b>21.422</b>	<b>22.150</b>	<b>17.376</b>
Juros	5.724	3.901	4.927	3.580
Aluguéis	2.184	611	1.624	420
Outras	19.870	16.910	15.599	13.376
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>297.274</b>	<b>(16.967)</b>	<b>297.274</b>	<b>(16.972)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	25.000	17.000	25.000	17.000
Dividendos	78.000	15.990	28.244	15.990
Remuneração de Capitais Próprios	194.274	(49.957)	244.030	(49.962)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicada)*

### **1 Contexto operacional**

A Lupo S.A. (“Companhia” ou “Companhia e suas controladas” quando se referir as informações consolidadas) é uma entidade privada domiciliada no Brasil. O endereço do escritório da Companhia é na rodovia Washington Luís, km 276,5, localizado no bairro Recreio Campestre Idanorma, na cidade de Araraquara, São Paulo. Essas demonstrações financeiras abrangem a controladora (“controladora”) e as demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente denominadas “Grupo”). O Grupo tem por objeto a industrialização e comércio de meias, malharias e confecções têxteis em geral conforme descrito para cada uma das controladas na Nota 2.

A Companhia não possui uma controladora final, considerando que a Companhia é propriedade de 8 famílias com média de 12,50% de participação cada uma.

#### **Coronavírus (Covid 19)**

Em coletiva de imprensa, realizada em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, SARS-COV2, como pandemia. O surto provocou decisões significativas de governos e entidades privadas em todo mundo, e levando em conta o impacto da disseminação rápida desse novo vírus, aumentaram o nível de incerteza em todo o Mercado, e isso impactou os valores do ano de 2020 reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Desde o comunicado da (OMS) a Companhia, através de seus Diretores e um grupo de líderes de áreas distintas vem acompanhando suas operações com intuito de minimizar os impactos causados pelo Covid-19, buscando preservar a saúde física, financeira e mental de nossos colaboradores, sendo essa nossa principal prioridade, bem como a de garantir a saúde financeira e econômica da Companhia e suas controladas. Diariamente é realizado monitoramento acerca da evolução da pandemia, bem como as legislações sanitárias na cidade sede da matriz, nas cidades e estados em que mantém operações.

Além dessas medidas de ordem sanitária, medidas de ordem financeiras, com intuito de fortalecer o caixa também foram tomadas, a saber (i) Na área tributária, aderiu às medidas de assistência governamental, como a postergação do recolhimento da Contribuição Previdenciária Patronal, do PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) relativos as competências março/2020 e abril/2020, onde os recolhimentos se deram em 20/08/2020 e 20/11/2020 (Portaria Ministério da Economia nº 139 de 3 de abril de 2020), adesão ao parcelamento do FGTS, referente as competências março, abril e maio de 2020, onde foram liquidadas em 6 parcelas vencidas entre julho a dezembro de 2020 (Medida Provisória 927 de 22 de março de 2020); (ii) Adesão parcial aos pacotes contidos no programa emergencial de manutenção de emprego e renda trazidos pela Lei nº 14.020 de 07 de julho de 2020, aplicando no período de maio/2020 a Dezembro de 2020 a redução de 50% na jornada de trabalho e salário base, e em outros casos e suspensão temporária de contrato de trabalho.

As incertezas em que haviam no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram, haja vista que a Companhia e suas controladas se adaptaram rapidamente ao cenário pandêmico e conseguiram transformar as incertezas em oportunidades, com ajustes dos processos e algumas

reduções, o Grupo conseguiu um aumento significativo no seu faturamento e conseqüentemente um impacto positivo no resultado do exercício.

A Companhia e suas controladas não registraram impactos relevantes da pandemia na mensuração do valor recuperável de seus ativos, não impactando na estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa, redução no valor recuperável de estoques, liquidez, arrendamentos e compromissos contratuais.

Estas demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A extensão em que COVID-19 afeta os negócios, a situação financeira, os resultados das operações e as perspectivas da Companhia e suas controladas dependerá de desenvolvimentos futuros, que são incertos e não podem ser razoavelmente previstos no momento, incluindo novas informações que podem surgir sobre a evolução da COVID-19 e / ou as ações do governo e de outras entidades para contê-la no Brasil. Embora não seja possível estimar razoavelmente a extensão dos possíveis impactos sobre os negócios, situação financeira, resultados das operações e perspectivas, nossas projeções de receitas operacionais e fluxos de caixa apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Companhia e suas controladas acompanham de perto a situação e avaliam continuamente os possíveis impactos nos seus negócios, implementando medidas que podem mitigar os riscos potenciais.

## 2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas relevantes do Grupo:

	<u>Participação acionária</u>	
	2021	2020
<b>Controladas diretas</b>		
Scalina Ltda.	100,00%	99,99%
<b>Controladas indiretas</b>		
Itabuna Têxtil Ltda.	100,00%	100,00%
Scala Comércio de Roupas e Acessórios Ltda (antiga Lupo HL Comércio de Roupas e Acessórios Ltda.)	100,00%	100,00%

### **Scalina Ltda.**

Em 30 de novembro de 2016, foram concretizadas as negociações iniciadas em 14 de julho de 2016, em que a Companhia adquiriu 100% das ações da Scalina S.A., sendo esta uma sociedade de capital fechado, com sede em Guarulhos, Estado de São Paulo, criada em 4 de abril de 1963. A sede social da companhia está localizada na Avenida Papa João Paulo I, nº 5.163, Guarulhos, SP. A Companhia têm como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção.

### **Itabuna Têxtil Ltda.**

A Companhia foi criada em 27 de junho de 1997. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Ibicarai, nº 4.530, Itabuna, BA. A Companhia tem como atividade preponderante à fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção.

### **Scala Comércio de Roupas e Acessórios Ltda. (nova denominação de Lupo HL Comércio de Roupas e Acessórios Ltda.)**

A Companhia foi criada em 12 de março de 2010. A sede social da Companhia está localizada na Rua Gonçalves Dias, 543 – Centro – Araraquara - SP. A Companhia tem como atividade preponderante o comércio de artigos de vestuário e seus acessórios em geral; e atividades de intermediação e agendamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.

## **3 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia elaborou Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) de acordo com as normas do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras em BRGAAP aplicáveis às companhias abertas, enquanto no IFRS representam informações financeiras complementares em formação.

Toda a informação relevante nas demonstrações financeiras, e apenas esta informação, está a ser divulgada e corresponde à informação utilizada pela Administração na gestão das atividades do Companhia e suas controladas.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa 5.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas na Nota explicativa 8.

A emissão dessas demonstrações financeiras controladoras e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 24 de março de 2022.

## **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **5 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **a) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão incluídas nas notas explicativa:

- **Nota explicativa nº 19** – o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com expectativa razoável da administração da sua manutenção, exercendo a opção de prorrogação; e

### **b) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão e redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- **Nota Explicativa nº 12** - Análise para fins de determinação da suficiência da provisão para perdas em estoque.
- **Nota Explicativa nº 15** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- **Nota Explicativa nºs 17 e 18** - Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado e amortização do intangível e teste de redução ao valor recuperável do ágio e ativos correlatos da unidade geradora de caixa (UGC): principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- **Nota Explicativa nº 19:** Taxa de desconto para mensuração inicial do direito de uso e do passivo de arrendamento.
- **Nota Explicativa nº 25** - Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

#### **(i) Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 (premissa para ativo e passivo que não são baseados em observáveis de mercado) e reportes diretamente para a Diretoria Financeira.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras consolidadas e individuais em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

**Nota Explicativa nº 26** - Instrumentos financeiros.

## **6 Mudança nas principais políticas contábeis**

A Companhia e suas controladas adotaram inicialmente as alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7 e CPC 06/IFRS 16 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021.

A Companhia e suas controladas aplicaram as alterações da Fase 2 retrospectivamente. No entanto, de acordo com as exceções permitidas nas alterações da Fase 2, a Companhia e suas controladas optaram por não reapresentar comparativos para os períodos anteriores para refletir a aplicação dessas alterações. Uma vez que a Companhia e suas controladas não tiveram transações para as quais a taxa de referência tenha sido substituída por uma taxa de referência alternativa em 31 de dezembro de 2020, não há impacto nos saldos de abertura inicial em resultado da aplicação retrospectiva.

### **Políticas específicas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021 para a reforma da taxa de juros de referência**

As alterações da Fase 2 fornecem alívio prático de certos requerimentos das Normas IFRS. Esses benefícios referem-se a modificações de instrumentos financeiros e contratos de arrendamento ou relações de hedge desencadeadas pela substituição de uma taxa de juros de referência em um contrato por uma nova taxa de referência alternativa.

Se a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado mudasse como resultado da reforma da taxa de juros de referência, a Companhia e suas controladas atualizariam a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. A reforma da taxa de juros de referência exige uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando alterações foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de alterações na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia e suas controladas primeiro atualizam a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois, a Companhia e suas controladas aplicam as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

As alterações também fornecem uma exceção para utilizar uma taxa de desconto revisada que reflita a mudança na taxa de juros quando o passivo de arrendamento é reavaliado devido a uma modificação do arrendamento exigida pela reforma da taxa de juros de referência.

Finalmente, as alterações da Fase 2 fornecem uma série de isenções temporárias para certos requisitos de contabilidade de hedge quando uma mudança exigida pela reforma da taxa de juros de referência ocorre em um item de hedge e / ou instrumento de hedge que permite que a relação de hedge continue, sem interrupção. A Companhia e suas controladas aplicaram os seguintes benefícios quando a incerteza decorrente da reforma da taxa de juros de referência não estava mais presente no que diz respeito ao momento e ao valor dos fluxos de caixa com base na taxa de juros de referência do item de hedge ou instrumento de hedge:

- a Companhia e suas controladas alteraram a designação de uma relação de hedge para refletir as alterações exigidas pela reforma sem interromper a relação de hedge; e
- quando um hedge de fluxo de caixa foi alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa foi considerado como base para a taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros protegidos são determinados.

Os detalhes das políticas contábeis encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 8.

## **7 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia e suas controladas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## **8 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis, cujos detalhes estão mencionados:

**a. Segmento operacional**

A Companhia e suas controladas possuem apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia e suas controladas está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- e
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Lupo, TriFil e Scala e Canal: Multimarca, Franquias, Lojas de departamento, Private label e Webstore), no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

**b. Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela Companhia ou indiretamente por meio de sua controlada indireta. O controle é alcançado quando a Empresa tem:

- Poder sobre a investida.
- Exposição, ou direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida.
- A capacidade de usar seu poder sobre sua investida para afetar seus retornos.

A consolidação de uma subsidiária começa quando a Companhia obtém o controle da subsidiária e cessa quando a Companhia perde o controle da controlada.

**(i) Combinações de negócio**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição na data de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução a valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

**(ii) Controladas**

As demonstrações financeiras individuais das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

**(iii) *Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial***

Os investimentos da Companhia nas demonstrações financeiras individuais são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

**(iv) *Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na controlada. Perdas não realizadas, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**c. Receita de contrato com cliente**

***Venda de produtos***

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Esta norma estabelece critérios que visa identificar se contabilização da receita foram satisfeitos e correspondem aos seguintes aspectos:

- 1- Identificar o contrato com o cliente;
- 2- Identificar das obrigações de desempenho estabelecido no contrato;
- 3- Determinar o preço da transação;
- 4- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho;
- 5- Reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de desempenho.

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando as obrigações de performances forem concluídas.

As receitas da Companhia é orinda principalmente da venda de itens produzidos como meias masculinas, femininas e, infantis, cuecas, meias calças, langeries, roupas esportivas, Pijamas, Blusas/Camisetas e em 2020 com impacto da Covid 19 uma nova linha foi desenvolvida, que são máscaras.

A Companhia atua na indústria de produtos têxteis e seus produtos são comercializados de distintas maneiras (Vendas diretas a grandes Magazines, franqueados, lojas físicas e vendas online). Para as vendas a grandes magazines, franqueados e loja online é formalizados contratos estabelecendo as condições de preços e descontos, e a distribuição das vendas é de acordo com a necessidade e/ou pedidos realizados pelos clientes, para abastecimento de seus estoques. Contratos de distribuição são firmados, onde a total responsabilidade pela mercadoria a partir do retirada da fábrica é do distribuidor, nesse momento a Companhia reconhecer as vendas.

Nas vendas realizadas em lojas físicas não franquiado, onde o consumidor final costuma selecionar a mercadoria, onde os preços e descontos são informados por meio de consulta aos funcionários de cada unidade, ou obtidos nos locais de exposição da mercadoria, principal meio de pagamento sejam à vista, cartão ou parcelado, nesta última modalidade podemos descrever que a prática normalmente utilizada pela empresa é o parcelamento de no mínimo 30 e no máximo 180 dias, com algumas exceções contratuais. Os descontos e juros nas operações a prazo são bastante pulverizados, levando em consideração cada operação comercial com o respectivo contrato. A transferência de controle ocorre quando a entrega é feita diretamente ao consumidor final nos pontos de venda.

Os ativos e passivos monetários são ajustados ao seu valor presente no registo da transação, tendo em consideração os fluxos de caixa contratuais, os juros explícitos e em certos casos implícitos sobre os respetivos ativos e passivos e as taxas de mercado para transações semelhantes. . Posteriormente, esses juros são realocados no resultado por meio da utilização da taxa efetiva de juros do método das taxas em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Para as vendas a prazo, o contas a receber deve ser mensurado a valor presente considerando o prazo e o diferencial entre as taxas de juros de mercado e as implícitas nos contratos de compra e venda.

A Companhia avalia todas as vendas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Além disso, as receitas são reconhecidas líquidas de descontos comerciais e devoluções, que são efetuadas de forma simples, pelos correios ou presencialmente nas lojas físicas.

A Companhia exporta para 23 países, por meio de canais de distribuição, lojas exclusivas e *e-commerce*. Todas as exportações são realizadas com incoterm FOB (*Free on Board*) e a receita é reconhecida após o recebimento do “Conhecimento de Embarque” no momento do embarque. Os recebimentos dos clientes são feitos antecipadamente e parceladamente por meio de transferência bancária. A Companhia também utiliza o contas a receber de clientes em dólares para a realização de *hedge accounting*, como forma de proteção cambial.

Sobre a venda no site próprio, começou em 2019, antes era terceirizado. O sistema operacional é realizado por meio da plataforma VETEX (*Front end*) onde o cliente acessa as opções do produto e finaliza a compra, com opções de pagamento por boleto ou cartão (à vista ou parcelado). Os pedidos são captados pelo nosso centro de logística, que separa os produtos, emite a nota fiscal e despacha os produtos. A contabilização da venda é realizada automaticamente em nosso sistema integrado SAP, quando a receita é reconhecida, de acordo com os prazos fixados no momento da venda.

Algumas vendas permitem que o cliente devolva um item. Os produtos devolvidos são trocados apenas por novos produtos - ou seja, nenhum reembolso em dinheiro é oferecido.

***Receitas de vendas de mercadorias a franqueados***

As receitas de vendas de mercadorias aos franqueados são reconhecidas no momento em que a obrigação de performance é cumprida, que compreende na transferência da mercadoria ao franqueado.

As provisões são baixadas quando o litígio é finalizado e os valores não são mais recuperáveis.

***Receitas de Royalties***

O reconhecimento da receita de *royalties* ocorre quando a obrigação de performance de vendas é cumprida, de acordo com os prazos e percentuais e contratos estabelecidos entre as partes, vale lembrar que alguns produtos específicos, como silicone adesivo, elástico para calças, etc., são produzidos por fornecedores parceiros, por eles faturados diretamente ao varejista. Nesse caso, esses fornecedores transferem um percentual dessa receita para a Lupo na forma de *royalties* (geralmente 10% menos impostos e contribuições).

**d. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem empréstimos, líquidas de desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**e. Transação em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pela taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

**f. Benefícios a empregados**

**(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**g. Subvenção governamental**

As seguintes subvenções são reconhecidas no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, uma vez que foram atendidas as condições do Pronunciamento Técnico CPC 07/IAS 20- Subvenções e Assistências Governamentais.

#### *Crédito outorgado do ICMS*

A subvenção governamental relacionada ao ICMS sobre vendas para o estado de São Paulo é reconhecida no resultado como 'Impostos incidentes sobre vendas', destacado no 'Patrimônio Líquido'. Após atendido os requisitos o ganho é reconhecido no resultado e reclassificado entre as contas do patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais, considerando que a legislação não permite a sua distribuição.

#### *Redução da base de cálculo ICMS*

Com base na legislação que determina a redução da base de cálculo de ICMS sobre os produtos têxteis, definiu-se que os estabelecimentos fabricantes localizados no Estado de São Paulo que realizam saídas internas, exceto para consumidor final, dos produtos classificados na Seção de Matérias Têxteis da Nomenclatura comum do MERCOSUL (NCM), terão a base de cálculo do imposto reduzida a 12%. Senão vejamos o artigo 52, do Anexo II, do Regulamento de ICMS do Estado de São Paulo (RICMS/SP). A partir de 2021, amparada pela avaliação de seus assessores jurídicos a Companhia passou a reconhecer a suspensão e redução de base de cálculo de ICMS como subvenção de investimento, nos termos da Lei Complementar 160 de 07 de agosto de 2017.

#### *Inovação tecnológica*

A subvenção que visa compensar a Companhia por despesas incorridas corresponde a 60% destas despesas, são reconhecidas no resultado pela parcela correspondente ao imposto de renda e da contribuição social, e que não excederá o lucro tributável do exercício.

### **h. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### **(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

#### **(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão

disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**i. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**j. Contas a receber de clientes e outros créditos**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

As provisões para perda de crédito esperada com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

**k. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseada na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

## **I. Imobilizado**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

### **(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### **(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas, equipamentos e instalações	9 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	6 anos
Edifícios e outros	25 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	34 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**m. Ativos intangíveis e ágio**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

*Ágio*

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

*Outros ativos intangíveis*

Os outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

**(ii) Amortização**

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

**n. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação

sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

*Passivos financeiros*

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem

um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### *Reforma da taxa de juros*

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia e suas controladas atualizam a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, o Grupo atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia e suas controladas aplicam as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

#### **(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge***

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de *hedge* designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. A Companhia também documenta a

relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

#### *Hedges* de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*'forward points'*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

#### **o. Capital social**

A Companhia possui somente ações ordinárias classificadas no seu patrimônio líquido compondo seu capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

#### *Recompra de ações (ações em tesouraria)*

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido

como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido (reserva de capital), e o excedente ou o déficit resultantes é transferido para lucros acumulados ou capital social através de integralização aprovada pelos acionistas.

**p. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

*Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito.

*Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa

(ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

*Ativos financeiros com problemas de recuperação*

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

*Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

*Baixa*

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**q. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**r. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento**

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A avaliação é realizada seguindo os seguintes critérios: (i) se o contrato prevê a transferência do direito de controlar o uso do ativo identificado, estando explícito ou implícito; (ii) se a Companhia e suas controladas tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante a vigência do contrato; e (iii) se a Companhia e suas controladas possuem todo o direito de direcionar o uso do ativo ora arrendado, ou seja, se ela tem autonomia para tomada de decisão com a finalidade de alteração de como e para qual finalidade o seu uso.

Com base nessas avaliações a Companhia e suas controladas reconhecem o ativo de direito de uso (arrendamento), como direito de usufruir de tal ativo arrendado, em contrapartida reconhece um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de realizar pagamentos a título de arrendamentos.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo a Companhia ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o companhia exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil dele, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Para os arrendamentos com prazo inferior a doze meses, a Companhia avalia se o valor é representativo, e caso não seja, não é reconhecido com ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

A partir de 1 de janeiro de 2021, a medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de de juros de referência, a Companhia e suas controladas reavaliam o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

**s. Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

**a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia e suas controladas determinaram que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

**b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)**

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

A Companhia e suas controladas contabilizam impostos diferidos sobre arrendamentos e passivos de custos de desmontagem aplicando a abordagem ‘integralmente vinculada’, com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados

líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia e suas controladas reconhecerão um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo.

**c) Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia e suas controladas:

- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

## 9 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	31	33	16	18
Saldo bancário	4.281	20.632	3.818	19.437
Aplicação financeira de curto prazo	92.682	84.186	92.533	84.133
Caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa	96.994	104.851	96.367	103.588

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 100% a 108% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100% a 106% em 2020), tendo como contraparte bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

## 10 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	17.446	-	17.446
	-	17.446	-	17.446

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 26.

Esse valor foi utilizado para compor o montante de Dividendos Intermediários, onde esse valor foi utilizado para aquisição de nova empresa em Pacatuba-CE (Nota explicativa nº 35).

## 11 Contas a receber de clientes

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Contas a receber - No país		307.038	266.684	223.957	184.438
Contas a receber - No exterior	26	10.436	5.447	9.277	3.763
Contas a receber - Partes relacionadas	24	10.768	10.621	33.378	35.438
Menos:					
Provisão para perdas de crédito esperadas		(8.882)	(15.613)	(4.529)	(4.744)
Ajuste a valor presente		(655)	(655)	(655)	(655)
		<u>318.705</u>	<u>266.484</u>	<u>261.428</u>	<u>218.240</u>
Ativo circulante		316.719	263.638	261.371	217.684
Ativo não circulante		1.986	2.846	57	556

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito relacionados a contas a receber de clientes e outros créditos é divulgada na Nota Explicativa nº 26.

O valor justo do contas a receber de clientes é estimado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

As mudanças na provisão para perda de crédito esperada durante o ano estão apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	(15.613)	(15.300)	(4.744)	(3.415)
Reconhecimento de perda esperada	(1.126)	(3.051)	(807)	(1.329)
Baixa de perda esperada	7.857	2.738	1.022	-
	<u>(8.882)</u>	<u>(15.613)</u>	<u>(4.529)</u>	<u>(4.744)</u>

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é divulgada na Nota Explicativa nº 26.

## 12 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Produtos acabados	95.373	68.227	53.867	42.912
Produtos em elaboração	9.187	6.814	6.597	4.978
Matérias-primas e materiais de consumo	136.674	85.514	101.287	57.820
	<u>241.234</u>	<u>160.555</u>	<u>161.751</u>	<u>105.710</u>

As provisões foram reconhecidas mediante avaliação individual de itens de estoques com pouca movimentação e histórico de realização destes.

Em 2021, matérias-primas, materiais de consumo e alterações em produtos acabados e estoques em processo, reconhecidos nos custos de venda na controladora, totalizaram R\$ 663.851 (R\$ 405.855 em 2020) e no consolidado totalizaram R\$ 815.580 (R\$ 550.297 em 2020).

### 13 Adiantamento a fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento fornecedores – No país	2.971	3.260	2.276	2.824
Adiantamento a fornecedores – No exterior	17.871	-	15.165	-
	20.842	3.260	17.441	2.824

A Empresa adquiriu novos contratos para aquisição de produtos e prestação de serviços, no qual realizou adiantamentos para garantir algumas condições comerciais, todas estas transações são com terceiros não havendo transações com partes relacionadas.

### 14 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
<b>Circulante</b>				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)	1.315	844	1.312	840
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	2.684	1.635	2.133	1.283
Programa de Integração Social (PIS) (*)	1.178	4.304	1.173	4.304
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (*)	7.190	20.398	7.181	20.397
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Nota 15(ii))	8.317	55	8.317	55
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) (Nota 15(ii))	25.618	1.726	25.561	136
	46.302	28.962	45.677	27.015
<b>Não circulante</b>				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS)	2.318	1.350	2.316	1.348
Seguridade Social (COFINS) (*)	71.343	23.410	19.866	23.410
Programa de Integração Social (PIS) (*)	16.590	5.058	4.809	5.058
	90.251	29.818	26.991	29.816

(\*)Em setembro de 2019 a Companhia registrou em sua contabilidade o montante de R\$ 76.739 referente ao processo judicial nº 5002597-27.2017.403.6114, tramitado na 1ª. Vara Federal em São Bernardo do Campo - SP, no qual pleiteou provimento jurisdicional para assegurar seu direito de afastar a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. A decisão judicial transitou em julgado em 06/06/2019, com base nesse deferimento, a Companhia protocolizou em 12/09/2019, o Pedido de Habilitação de Crédito junto a Receita Federal do Brasil, o qual foi deferido no mesmo mês conforme Despacho decisório nº 24/2019 – Processo nº13851.724107/2019-96. Em 31 de dezembro de 2021, após atualizações e compensações, o saldo remanescente é de R\$ 5.057 para utilização em exercício futuros.

Adicionalmente, em 20 de agosto de 2019 a controlada Itabuna Têxtil Ltda. (Itabuna) obteve decisão favorável transitada em julgado referente ao processo judicial nº 0006028-33.2007.4.01.3311, no qual pleiteou provimento jurisdicional para assegurar seu direito de afastar a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Em 13 de maio de 2021, o plenário do Superior Tribunal Federal deferiu, em decisão de repercussão geral, a tratativa sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS com a modulação do procedimento de cálculo deduzindo o valor do ICMS destacado em nota fiscal na base de apuração do PIS e da COFINS. Por conta disto, a Itabuna apurou seu saldo de crédito com base na sua tese transitada em julgado em processos nos quais discutia este direito. O montante registrado em junho de 2021 foi de R\$ 65.941, sendo R\$ 12.125 referente PIS e R\$ 53.816 referente COFINS. A mensuração dos créditos relacionados a estes processos foi apurada com o apoio de assessores legais e tributários, considerando os períodos acima indicados e o direito

da Itabuna à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS sem qualquer restrição, uma vez que as decisões que transitaram em julgado garantem que todo o ICMS exigido da Itabuna deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, não importando a modalidade de cobrança de acordo com os seus assessores jurídicos. A Companhia protocolizou em 01/09/2021, o Pedido de Habilitação de Crédito junto a Receita Federal do Brasil, o qual foi deferido em 27/10/2021 conforme Despacho decisório EQAUD-1/DRFSDR nº 6.190/2021 Processo Administrativo nº 10166.784454/2021-22. O valor atualizado após habilitação foi de R\$ 64.639, sendo R\$ 11.585 referente PIS e R\$ 53.054 referente COFINS A partir da decisão e registro contábil, iniciou-se o processo de compensações de tributos federais via Dcom.

Em 31 de dezembro de 2021, após atualizações e compensações, o saldo remanescente é de R\$ 62.847 para utilização em exercício futuros.

Em dezembro de 2021 a Controladora registrou em sua contabilidade o montante de R\$ 23.984 referente ao processo judicial nº 5003632-33.2019.4.03.6120., tramitado na 2ª Vara Federal de Araraquara - SP, no qual pleiteou provimento jurisdicional para assegurar seu direito de afastar a inclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. A decisão judicial transitou em julgado em 26/10/2021.

## 15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

### i) Valores reconhecidos no resultado

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente</b>				
Despesa do ano corrente	(56.251)	(7.351)	(56.139)	(6.374)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido</b>				
Diferenças temporárias	6.636	(36.514)	14.731	9.562
Total da despesa de imposto das atividades continuadas	(49.615)	(43.865)	(41.408)	3.188

### ii) Ativo fiscal corrente

Decorrente de saldo credor de imposto de renda e contribuição social a recuperar em exercício seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
<b>Corrente</b>				
Contribuição social a recuperar (*)	8.317	55	8.317	55
Imposto de renda a recuperar (*)	25.618	1.726	25.561	136
	33.935	1.781	33.878	191

(\*) Referente ao saldo de IRPJ e CSLL, o montante de R\$ 8.944 refere-se ao reconhecimento do crédito por recolhimentos indevidos de IRPJ/CSLL sobre receita financeira (SELIC) do processo judicial 5002597-27.2017.403.6114 (Nota explicativa 14(\*)), recolhimentos estes nos períodos de 10/2019 a 09/2021. O embasamento legal para tal registro foi o julgamento do RE nº 1.063.187, em 27.09.2021, sob regime de repercussão geral, onde o STF reconheceu ser indevida a inclusão da Selic na base de cálculo do IRPJ e da CSLL, corroborando com o julgamento e registro contábil, o IBRACON emitiu a Circular nº09/2021

### iii) Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas.

Impostos e contribuições diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
<b>Ativos</b>				
Provisão para perda dos estoques	5.881	6.442	3.498	2.154
Provisão para perdas de crédito esperadas	3.020	5.308	1.540	1.463
Provisões para demandas judiciais	4.811	1.171	2.301	548
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	6	6	6
Ajuste a valor presente (contas a receber)	223	223	223	223
Prejuízo fiscal a compensar	7.176	-	-	-
Provisão para descontos concedidos	243	-	243	-
	21.360	13.150	7.811	4.394
<b>Passivos</b>				
Provisão sobre o custo atribuído	(5.230)	(2.941)	(2.348)	(2.928)
Provisão e depreciação por diferenças de taxas	(32.962)	(31.167)	(32.962)	(31.444)
Saldo de valor justo por aquisição de controlada	(3.209)	(8.578)	-	-
Provisão sobre crédito de PIS/Cofins	(16.563)	(16.999)	(4.747)	(16.999)
	(57.963)	(59.685)	(40.057)	(51.371)
<b>Impostos diferidos líquidos</b>	(36.604)	(46.535)	(32.246)	(46.977)
Total apresentado no ativo não circulante	458	10.227	-	816
Total apresentado no passivo não circulante	(37.062)	(56.763)	(32.246)	(47.793)

### Movimentação das diferenças temporárias durante o exercício:

	Consolidado			
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Reconhecidos no resultado do exercício	Reconhecidos no patrimônio líquido	Saldo em 31 de dezembro de 2021
<b>Ativos</b>				
Provisão para perda dos estoques	6.442	(561)	-	5.881
Provisão para perdas de crédito esperadas	5.308	(2.288)	-	3.020
Provisões para demandas judiciais	1.171	3.533	-	4.704
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	-	-	6
Ajuste a valor presente (Contas a Receber)	223	-	-	223
Provisão sobre prejuízo fiscal acumulado e base de cálculo negativa	-	7.176	-	7.176
Provisão para descontos concedidos	-	243	-	243
<b>Total do ativo</b>	13.150	8.103	-	21.253
<b>Passivos</b>				
Provisão sobre o custo atribuído	(2.942)	(2.288)	-	(5.230)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(31.167)	(1.795)	-	(32.962)
Provisão sobre o crédito de PIS/Cofins (Nota Explicativa 14)	(16.999)	436	-	(16.563)
<b>Total do passivo</b>	(51.108)	(3.647)	-	(54.755)
Total sem o efeito do valor justo por aquisição de controlada	(37.958)	4.463	-	(33.395)
Saldo de valor justo por aquisição de controlada	(8.578)	2.073	3.296	(3.209)
<b>Líquido</b>	(46.536)	6.636	3.296	(36.604)

**Lupo S.A.**  
Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2021

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>Reconhecidos no resultado do exercício</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>
<b>Ativos</b>			
Provisão para perda dos estoques	5.050	1.392	6.442
Provisão para perdas de crédito esperadas	3.262	2.046	5.308
Provisões para demandas judiciais	7.592	(6.421)	1.171
Provisão Desvalorização Empréstimos Compulsório	6	-	6
Ajuste a Valor Presente (Contas a Receber)	223	-	223
Provisão sobre o prejuízo fiscal acumulado e base de cálculo negativa	37.510	(37.510)	-
<b>Total do ativo</b>	<b>53.643</b>	<b>(40.493)</b>	<b>13.150</b>
<b>Passivos</b>			
Provisão sobre o custo atribuído	(3.536)	595	(2.941)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(29.101)	(2.066)	(31.167)
Provisão sobre o crédito de PIS/Cofins (Nota Explicativa 11)	(23.593)	6.594	(16.999)
<b>Total do passivo</b>	<b>(58.515)</b>	<b>5.123</b>	<b>(51.107)</b>
Total sem o efeito do valor justo por aquisição de controlada	(3.730)	(35.370)	(37.957)
Saldo de valor justo por aquisição de controlada	(7.435)	(1.143)	(8.578)
<b>Líquido</b>	<b>(10.222)</b>	<b>(36.514)</b>	<b>(46.535)</b>
		<b>Controladora</b>	
	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>Reconhecidos no resultado do exercício</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>
<b>Ativos</b>			
Provisão para perda dos estoques	2.154	1.344	3.498
Provisão para perdas e crédito esperadas	1.463	77	1.540
Provisões para demandas judiciais	548	1.753	2.301
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	-	6
Ajuste a valor presente (Contas a receber)	223	-	223
Provisão descontos concedidos	-	243	243
<b>Total do ativo</b>	<b>4.394</b>	<b>3.417</b>	<b>7.811</b>
<b>Passivos</b>			
Provisão sobre o custo atribuído	(2.928)	580	(2.348)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(31.444)	(1.518)	(32.962)
Provisão de crédito de PIS/Cofins	(16.999)	12.252	(4.747)
<b>Total do passivo</b>	<b>(51.371)</b>	<b>11.314</b>	<b>(40.057)</b>
<b>Líquido</b>	<b>(46.977)</b>	<b>14.731</b>	<b>(32.246)</b>
		<b>Controladora</b>	
	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>Reconhecidos no resultado do exercício</b>	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>
<b>Ativos</b>			
Provisão para perda dos estoques	187	1.967	2.154
Provisão para perdas de crédito esperadas	1.011	452	1.463
Provisões para demandas judiciais	549	(1)	548
Provisão Desvalorização Empréstimos Compulsório	6	-	6
Ajuste a Valor Presente (Contas a Receber)	223	-	223
<b>Total do ativo</b>	<b>1.976</b>	<b>2.418</b>	<b>4.394</b>
<b>Passivos</b>			
Provisão sobre o custo atribuído	(3.536)	608	(2.928)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(31.386)	(58)	(31.444)
Provisão sobre o crédito de PIS/Cofins	(23.593)	6.594	(16.999)
<b>Total do passivo</b>	<b>(58.515)</b>	<b>7.144</b>	<b>(51.371)</b>
<b>Líquido</b>	<b>(56.539)</b>	<b>9.562</b>	<b>(46.977)</b>

A Administração da Companhia e suas controladas reconhecem o imposto de renda diferido com base nas seguintes premissas:

- 100% impostos diferidos passivos sobre diferenças temporárias;
- Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias que possuem prazos de realização similares aos impostos diferidos passivos, de mesma entidade jurídica, até o limite de saldo de tributos diferidos passivos; e
- Em situações em que perdas recentes indicam que um lucro tributável futuro é incerto, os impostos diferidos ativos não são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis em excesso aos impostos diferidos passivos registrados sobre as diferenças temporárias tributáveis, e também não é reconhecido nenhum ativo sobre prejuízos fiscais acumulados não utilizados.

**iv) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	346.889	26.898	338.682	(20.161)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(117.942)	(9.145)	(115.152)	6.854
(-) Deduções de juros sobre capital próprio	8.500	5.780	8.500	5.780
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	26.856	(21.687)
Adições/ exclusões permanentes:				
Crédito outorgado e redução da base de cálculo do ICMS (*)	34.881	5.451	23.629	5.451
Inovação tecnológica (**)	5.439	7.036	5.439	7.036
Baixa do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulado (***)	-	(54.434)	-	-
IRPJ/CSLL sobre receita financeira (SELIC) (***)	17.264	-	6.083	-
Outras adições e exclusões	2.243	1.447	3.237	(246)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(49.615)</u>	<u>(43.865)</u>	<u>(41.408)</u>	<u>3.188</u>
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(56.251)	(7.351)	(56.139)	(6.374)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>6.636</u>	<u>(36.514)</u>	<u>14.731</u>	<u>9.562</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(49.615)</u>	<u>(43.865)</u>	<u>(41.408)</u>	<u>3.188</u>
<i>Alíquota efetiva</i>	15,41%	163,08%	12,23%	15,81%

(\*) Refere-se aos benefícios fiscais do crédito outorgado de ICMS e a redução da base de cálculo ICMS tratados como subvenções governamentais, dentro nos termos da Lei Complementar 160 de 07 de agosto de 2017.

(\*\*) A partir do ano-calendário de 2006, a pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% (sessenta por cento) da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica,

classificáveis como despesa pela legislação do IRPJ, na forma do inciso I do *caput* do art. 17 desta Lei nº 11.196/05. Em 30 de setembro de 2015, a Medida Provisória nº 694 prevê a suspensão, no ano-calendário de 2016, dos benefícios fiscais concedidos pela Lei nº 11.196/05 às atividades de pesquisa e desenvolvimento.

(\*\*\*) Refere-se substancialmente a baixa de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal acumulado da controlada Scalina, onde não havia perspectiva factível para utilização desse saldo no próximo período, tendo em vista o histórico de prejuízo fiscal. Apesar desta baixa, a administração da Companhia e sua controlada já prevê resultados positivos nos fluxos de caixas futuros, com as adaptações ao cenário de pandemia, fazendo assim análise de possíveis reconhecimentos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

(\*\*\*\*) Em 27.09.2021, sob regime de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal - STF reconheceu ser indevida a inclusão da atualização pela taxa Selic nos indébitos. Sendo assim, a Companhia e sua controlada realizaram a exclusão da receita financeira (Selic) na base de cálculo do IRPJ e da CSLL decorrente do direito adquirido referente à não incidência do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, conforme mencionado na nota 14.

**v) *Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social***

As controladas Scalina Ltda., Itabuna Têxtil Ltda, Scala Comércio de Roupas e Acessórios Ltda, possuem base de cálculo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 304.317, respectivamente, sem limite prescricional.

## 16 Investimentos

### a. Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Outros investimentos	142	142	142	142
Participação em empresas controladas	-	-	266.066	187.077
	142	142	266.208	187.219

**b. Movimentação dos saldos - Controlada:**

	<b>Lupo Franquias Ltda.</b>		<b>Scalina Ltda.</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Quotas possuídas	-	-	414.847.305	414.847.305
Capital social	-	-	414.847	414.847
Ativos	-	-	264.148	103.926
Passivos	-	-	57.476	33.768
Patrimônio líquido	-	-	206.673	147.518
Receitas	-	8.692	244.190	167.292
Despesas e custos	-	(1.312)	(156.994)	(191.399)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	-	(977)	(8.207)	(46.076)
Resultado do exercício	-	6.403	78.989	(70.183)
Percentual de participação	0,00%	99,90%	100%	100%
<b>Valor contábil do investimento no início do exercício</b>	-	<b>1</b>	<b>187.077</b>	<b>257.260</b>
Encerramento de atividade	-	(1)	-	-
Dividendos e lucros recebidos	-	(6.397)	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	6.397	78.989	(70.183)
Ágio na aquisição de investimento (goodwill)	-	-	-	-
<b>Investimento no final do exercício</b>	-	-	<b>266.066</b>	<b>187.077</b>

## 17 Imobilizado

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e Periféricos	Instalações e Showroom	Benefeitórias em imóveis de terceiros	Bens em construção	Edifícios e outros	Adiantamento a fornecedor	Direito de Uso (IRFS16)	Total
<b>Consolidado</b>												
<b>Custo e custo atribuído:</b>												
Saldo em 31 de dezembro de 2019	70	387.466	36.796	1.826	-	-	79.979	11.444	26.603	-	41.481	585.665
Adições	-	12.078	479	-	-	-	88	5.553	65	-	3.192	21.455
Alienações	-	(17.653)	(1.627)	(27)	-	-	-	-	-	-	(788)	(20.095)
Transferências	-	-	-	-	-	-	5.215	(5.215)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	70	381.891	35.648	1.799	-	-	85.282	11.782	26.668	-	43.885	587.025
Adições	-	12.906	2.035	17	278	2.542	5	7.600	1	29.973	28.657	84.014
Alienações	-	(4.314)	(6.060)	-	-	(15)	-	-	-	-	(1.244)	(11.633)
Transferências entre custo e depreciação	-	(16.037)	(15.706)	3	3.431	-	-	-	-	-	-	(28.309)
Transferências	-	(11.408)	-	-	-	11.471	-	(63)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	70	363.037	15.916	1.819	3.709	13.998	85.287	19.319	26.669	29.973	71.299	631.097
<b>Depreciação:</b>												
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(248.574)	(27.772)	(1.495)	-	-	(11.411)	-	(14.587)	-	(4.575)	(308.414)
Depreciação do exercício	-	(11.805)	(943)	(99)	-	-	(1.184)	-	(1.067)	-	(4.851)	(19.949)
Alienações	-	9.025	1.560	29	-	-	-	-	-	-	131	10.745
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(251.354)	(27.155)	(1.565)	-	-	(12.595)	-	(15.654)	-	(9.295)	(317.618)
Depreciação do exercício	-	(12.608)	(818)	(66)	-	(627)	(1.223)	-	(1.067)	-	(6.719)	(23.127)
Alienações	-	6.871	33	-	-	15	-	-	-	-	104	7.022
Transferências entre custo e depreciação	-	27.186	15.706	(3)	(3.431)	(11.149)	-	-	-	-	-	28.309
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(229.904)	(12.234)	(1.634)	(3.431)	(11.761)	(13.818)	-	(16.721)	-	(15.910)	(305.414)
<b>Valor líquido contábil:</b>												
Saldo residual em 31/12/2020	70	130.537	8.493	234	-	-	72.687	11.782	11.014	-	34.590	269.407
Saldo residual em 31/12/2021	70	133.133	3.682	185	278	2.237	71.469	19.319	9.948	29.973	55.388	325.683

(\* Do saldo de 'Máquinas, equipamentos e instalações', o saldo líquido (custos (-) depreciação) no valor de R\$ 7.973 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 15.602 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao saldo do Fair Value oriundo da aquisição da empresa Scalina Ltda.

**Lupo S.A.**  
Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2021

<i>Controladora</i>	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e Periféricos	Instalações e Showroom	Benfeitorias em móveis de terceiros	Bens em construção	Importações em andamento	Adiantamento a fornecedor	Direito de Uso (IRFS16)	Total
<b>Custo e custo atribuído:</b>												
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1	243.746	10.257	791	-	-	79.980	10.761	-	-	41.481	387.017
Adições	-	11.677	443	-	-	-	88	5.408	-	-	3.192	20.808
Alienações	-	(9.218)	(4)	(27)	-	-	-	-	-	-	(788)	(10.037)
Transferências	-	-	-	-	-	-	5.215	(5.215)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1	246.205	10.696	764	-	-	85.283	10.954	-	-	43.885	397.788
Adições	-	14.443	2.010	-	-	-	5	6.917	-	29.524	28.657	81.556
Alienações	-	(5.537)	(36)	-	-	-	-	-	-	-	(1.244)	(6.817)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1	255.111	12.670	764	-	-	85.288	17.871	-	29.524	71.299	472.528
<b>Depreciação:</b>												
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	(132.511)	(7.782)	(526)	-	-	(9.839)	-	-	-	(4.575)	(155.233)
Depreciação do exercício	-	(9.613)	(824)	(51)	-	-	(1.184)	-	-	-	(4.851)	(16.523)
Alienações	-	8.981	4	27	-	-	-	-	-	-	131	9.143
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	(133.143)	(8.602)	(550)	-	-	(11.023)	-	-	-	(9.295)	(162.613)
Depreciação do exercício	-	(10.696)	(723)	(46)	-	-	(1.223)	-	-	-	(6.719)	(19.408)
Alienações	-	3.752	33	-	-	-	-	-	-	-	104	3.889
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(140.087)	(9.292)	(596)	-	-	(12.246)	-	-	-	(15.910)	(178.132)
<b>Valor líquido contábil:</b>												
Saldo residual em 31/12/2020	1	113.062	2.094	214	-	-	74.260	10.954	-	-	34.590	235.175
Saldo residual em 31/12/2021	1	115.025	3.378	168	-	-	73.042	17.871	-	29.524	55.388	294.396

## Garantia

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, não havia propriedades sujeitas a fiança registrada para garantir empréstimos bancários.

## Valor recuperável do ativo imobilizado

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

## 18 Intangível

	Sistemas de informática	Leasing software	Outros bens e direitos	Ágio na aquisição de controlada	Sistemas de informática em andamento	Total
<b>Consolidado</b>						
<b>Custo:</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	34.995	1.638	2.933	53.245	28	92.839
Adições	1.500	-	-	-	-	1.500
Baixas	(525)	-	(107)	-	-	(632)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	35.970	1.638	2.826	53.245	28	93.707
Adições	3.338	-	149	-	-	3.488
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	2.826	-	(2.826)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.134	1.638	149	53.245	28	97.195
<b>Amortização:</b>						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(24.199)	(1.638)	(580)	-	-	(26.417)
Amortização	(1.837)	-	-	-	-	(1.837)
Baixas	1	-	-	-	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(26.035)	(1.638)	(580)	-	-	(28.253)
Amortização	(3.966)	-	-	-	-	(3.966)
Baixas	153	-	-	-	-	153
Transferências	(580)	-	580	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(30.428)	(1.638)	-	-	-	(32.066)
<b>Valor líquido contábil:</b>						
Saldo residual em 31/12/2020	9.935	-	2.246	53.245	28	65.454
Saldo residual em 31/12/2021	11.706	-	149	53.245	28	65.128

(\*) Do saldo de 'Sistemas de informática e outros bens e direitos', o saldo líquido (custos (-) depreciação) no valor de R\$ 5.165 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.603 em 31 de dezembro de 2020) refere-se ao saldo do Fair Value oriundo da aquisição da empresa Scalina Ltda.

<b>Controladora</b>	<b>Sistemas de informática</b>	<b>Leasing software</b>	<b>Outros bens e direitos</b>	<b>Sistemas de informática em andamento</b>	<b>Total</b>
<b>Custo:</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	17.418	1.638	-	28	19.084
Adições	1.436	-	-	-	1.436
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.854	1.638	-	28	20.520
Adições	2.208	-	149	-	2.358
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.062	1.638	149	28	22.878
<b>Amortização:</b>					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(12.989)	(1.638)	-	-	(14.627)
Amortização do exercício	(1.600)	-	-	-	(1.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(14.589)	(1.638)	-	-	(16.227)
Amortização do período	(1.736)	-	-	-	(1.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(16.325)	(1.638)	-	-	(17.963)
<b>Valor líquido contábil:</b>					
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	4.265	-	-	28	4.293
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	4.738	-	149	28	4.915

### Provisão para imparidade

O *goodwill* é testado para imparidade anualmente ou sempre que sejam identificados indícios de que o ativo está com imparidade. Para 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor recuperável excedeu o valor contábil e nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi necessária.

O teste de redução ao valor recuperável foi realizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e os valores do ágio foram alocados por Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), bem como ativos intangíveis com vida útil indefinida.

O Grupo determina o valor recuperável de uma UGC com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos utilizam projeções de fluxo de caixa, com base em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período de cinco anos.

O Grupo realizou o teste de imparidade em 31 de dezembro de 2021 considerando o custo médio ponderado de capital (WACC) foi determinado com base nos seguintes percentuais para cada um dos períodos nestas demonstrações financeiras: 10,38% em 2021 e 12,76 para 2020.

O fluxo de caixa previsto foi atualizado para refletir as demandas e projeções do negócio. Para a taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa de cada unidade geradora de caixa para um período superior a cinco anos, é utilizada uma taxa para um cenário de crescimento conservador dos níveis de inflação, que foi estimada para os períodos subsequentes, e esta taxa é de 4 % a.a..

O fluxo de caixa previsto também foi atualizado para refletir as demandas e projeções do negócio. A administração da Companhia acredita que esse ritmo de crescimento se justifica com base no planejamento estratégico do Grupo para os próximos anos e também em projeções de mercado.

O lucro operacional foi projetado com base no desempenho passado, premissas macroeconômicas e inflação ajustada pelo crescimento esperado das vendas e pelo desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas usadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor.

#### ***Sensibilização das premissas relevantes do cálculo***

O cálculo do valor em uso para o Grupo é mais sensível às seguintes premissas:

##### *Taxas de desconto*

As taxas de desconto representam a avaliação atual de mercado dos riscos específicos de cada UGC, levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos individuais dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado nas circunstâncias específicas do Grupo e suas atividades operacionais e é derivado do seu custo médio ponderado de capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio líquido. O custo do capital próprio é derivado do retorno esperado sobre o investimento pelos investidores do Grupo. O custo da dívida é baseado nos empréstimos e financiamentos que o Grupo é obrigado a pagar. O risco específico do segmento é incorporado pela aplicação de fatores beta individuais.

##### *Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de cinco anos*

As taxas de crescimento usadas além do período de cinco anos são baseadas em uma taxa que sustenta o crescimento pelo menos nos níveis estimados para os períodos subsequentes e essa taxa é de 4%.

Um eventual cenário em que a Empresa mostra um crescimento constante abaixo dos níveis de inflação não resultaria necessariamente em uma perda por redução ao valor recuperável para as unidades geradoras de caixa do Grupo.

Quando aplicável, os ativos intangíveis são avaliados pelo valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os honorários profissionais são registrados como parte dos custos em curso e, no caso de ativos qualificáveis, os custos com empréstimos capitalizados também são registrados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas. A amortização desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido e é calculada na mesma base dos demais ativos intangíveis.

## 19 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia aluga veículos e imóveis. Esses arrendamentos duram normalmente 4 anos, com a opção de renovar o arrendamento após esse período. Os pagamentos do arrendamento são ajustados anualmente para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos prevêem pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados nas mudanças no índice geral de preços. Para certos arrendamentos, o Grupo está impedido de celebrar quaisquer contratos de subarrendamento.

As informações sobre os arrendamentos dos quais a Empresa é a arrendatária são apresentadas a seguir:

### (a) Ativo de direito de uso

Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo esperado de uso dos ativos.

### (i) Composição da movimentação

Consolidado e Controladora									
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Remensuraçã o	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Adições	Remensuração	Baixas	Saldo em 31/12/2021
<b>Custo:</b>									
Imóveis	40.743	-	3.028	(748)	43.023	-	26.546	-	69.569
Veículos	738	129	35	(40)	862	-	971	(104)	1.729
	<b>41.481</b>	<b>129</b>	<b>3.063</b>	<b>(788)</b>	<b>43.885</b>	<b>-</b>	<b>27.517</b>	<b>(104)</b>	<b>71.298</b>
<b>Depreciação:</b>									
Imóveis	(4.306)	(4.530)	-	91	(8.745)	(6.412)	-	-	(15.157)
Veículos	(269)	(299)	(22)	40	(550)	(307)	-	104	(753)
	<b>(4.575)</b>	<b>(4.829)</b>	<b>(22)</b>	<b>131</b>	<b>(9.295)</b>	<b>(6.719)</b>	<b>-</b>	<b>104</b>	<b>(15.910)</b>
<b>Saldo Líquido</b>									
Imóveis	36.437	(4.530)	3.028	(657)	34.278	(6.412)	27.517	-	55.383
Veículos	469	(170)	13	-	312	(307)	-	-	5
	<b>36.906</b>	<b>(4.700)</b>	<b>3.041</b>	<b>(657)</b>	<b>34.590</b>	<b>(6.719)</b>	<b>27.517</b>	<b>-</b>	<b>55.388</b>

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Em 31 de dezembro de 2021 não houve alterações em contratos de arrendamentos vigentes.

**(b) Passivo de arrendamento**

Para os contratos abrangidos pela norma, o valor dos pagamentos futuros de rendas fixas, descontados a uma taxa nominal de endividamento incremental, foi considerado uma componente do passivo de locação.

A taxa nominal de endividamento incremental (desconto) utilizada para o cálculo do valor presente dos contratos baseou-se nas cotações efetuadas junto de instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes às dos contratos de arrendamento.

A Companhia obteve uma taxa média de 17,78% a.a. para 31 de dezembro de 2021 (23,14% para 31 de dezembro de 2020, respectivamente).

A Companhia não possui direito potencial de PIS / Pasep e Cofins recuperável embutido na contraprestação do arrendamento, uma vez que nossas operações estão incluídas no regime cumulativo.

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e remensuração de seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso, a Companhia utilizou o método de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, de acordo com a vedação imposta pelo CPC 06 (R2) /IFRS 16. Essa proibição pode gerar distorções significativas nas informações a serem prestadas, dada a atual realidade das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.

**(i) Composição da movimentação**

<b>Consolidado e Controladora</b>								
	<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>Adições de Principal</b>	<b>Baixas de Principal</b>	<b>Pagamento de Principal</b>	<b>Juros Apropriados</b>	<b>Baixas de Juros</b>	<b>Remensuração</b>	<b>Saldo em 31/12/2020</b>
Imóveis	37.701	-	(91)	(3.960)	1.959	(1.959)	3.028	36.678
Veículos	470	129	(40)	(259)	74	(62)	-	312
	<b>38.171</b>	<b>129</b>	<b>(131)</b>	<b>(4.219)</b>	<b>2.033</b>	<b>(2.021)</b>	<b>3.028</b>	<b>36.990</b>

<b>Consolidado e Controladora</b>								
	<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>Baixas de Principal</b>	<b>Transferências</b>	<b>Pagamento de Principal</b>	<b>Juros Apropriados</b>	<b>Baixas de Juros</b>	<b>Remensuração</b>	<b>Saldo em 31/12/2021</b>
Imóveis	36.678	(1.046)	762	(6.412)	5.629	(3.111)	26.546	59.046
Veículos	312	(625)	-	(307)	32	(77)	971	306
	<b>36.990</b>	<b>(1.671)</b>	<b>762</b>	<b>(6.719)</b>	<b>5.661</b>	<b>(3.188)</b>	<b>27.517</b>	<b>59.352</b>

**(iii) Estimativa de liquidação**

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados monetariamente pelo IPCA. A análise de vencimento dos contratos é apresentada a seguir:

	<b>Passivo de Arrendamento</b>	<b>Juros</b>	<b>Valor Presente dos passivos de arrendamento</b>
2022	19.806	(11.081)	8.725
2023	19.405	(9.244)	10.161
2024	19.320	(7.022)	12.298
2025	19.200	(4.328)	14.872
2026	14.400	(1.104)	13.296
	<b>92.131</b>	<b>(32.779)</b>	<b>59.352</b>
<b>Saldo em 2021</b>			

**20 Fornecedores**

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Fornecedores mercado interno	40.490	35.913	29.459	22.257
Fornecedores mercado externo	-	5.874	-	5.858
Fornecedores Partes Relacionadas (Nota explicativa nº 24)	55	8	43	918
	<b>40.545</b>	<b>41.795</b>	<b>29.502</b>	<b>29.033</b>

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 26.

**21 Empréstimos e financiamentos**

Esta nota fornece informações sobre as condições contratuais de empréstimos com juros, que são medidos pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de juros, moeda estrangeira e liquidez, consulte a Nota Explicativa nº 26.

**Termos e cronograma de amortização da dívida**

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Finalidade	Moeda	Indexador	Taxa de juros nominal	Mês/Ano de vencimento	<b>Consolidado</b>	
					<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
					<b>Valor contábil</b>	<b>Valor contábil</b>
Ativo imobilizado	R\$	Prefixado	8,7%a.a.	set/21	-	17
Inov. Tecnológica	R\$	Prefixado	3,5% a.a.	fev/21	-	420
Capital de giro	US\$	Pós-fixado	65% x CDI a.a.	nov/22 - dez/25	45.115	20.869
Total de passivos com incidência de juros					<b>45.115</b>	<b>21.306</b>
Circulante					11.512	12.223
Não circulante					33.603	9.083

**Lupo S.A.**  
Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2021

Finalidade	Moeda	Indexador	Taxa de juros nominal	Mês/Ano de vencimento	Controladora	
					31/12/2021	31/12/2020
					Valor contábil	Valor contábil
Inov. Tecnológica	R\$	Prefixado	3,5% a.a.	fev/21	-	420
Capital de giro	US\$	Pós-fixado	65% x CDI a.a.	nov/22 - dez/25	45.115	20.870
Total de passivos com incidência de juros					45.115	21.290
Circulante					11.512	12.223
Não circulante					33.603	9.067

**Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento**

Consolidado							
	31 de dezembro de 2020	Financiamentos e empréstimos tomados	Juros Provisionados	Pagamentos de financiamentos e empréstimos	Juros Pagos	Variação Cambial	31 de dezembro de 2021
Capital de giro	20.869	34.217	780	(11.205)	(392)	846	45.115
Finame	17	-	-	(17)	-	-	-
Finep	420	-	1	(420)	(1)	-	-
	<b>21.306</b>	<b>34.217</b>	<b>781</b>	<b>(11.642)</b>	<b>(393)</b>	<b>846</b>	<b>45.115</b>

Consolidado							
	31 de dezembro de 2019	Juros Provisionados	Pagamentos de financiamentos e empréstimos	Juros Pagos	Variação Cambial	31 de dezembro de 2020	
Capital de giro	29.450	462	(17.692)	(2.571)	11.220	20.869	
Finame	39	-	(22)	-	-	17	
Pré Pagamento de Exportação	3.758	-	(3.758)	-	-	-	
Finep	2.941	60	(2.522)	(59)	-	420	
	<b>36.188</b>	<b>522</b>	<b>(23.994)</b>	<b>(2.630)</b>	<b>11.220</b>	<b>21.306</b>	

Controladora							
	31 de dezembro de 2020	Financiamentos e empréstimos tomados	Juros Provisionados	Pagamentos de financiamentos e empréstimos	Juros Pagos	Variação Cambial	31 de dezembro de 2021
Capital de giro	20.870	34.217	779	(11.205)	(392)	846	45.115
Finep	420	-	1	(420)	(1)	-	-
	<b>21.290</b>	<b>34.217</b>	<b>780</b>	<b>(11.625)</b>	<b>(393)</b>	<b>846</b>	<b>45.115</b>

	<b>Controladora</b>						
	<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>Financiamentos e empréstimos tomados</b>	<b>Juros Provisionados</b>	<b>Pagamentos de financiamentos e empréstimos</b>	<b>Juros Pagos</b>	<b>Variação Cambial</b>	<b>31 de dezembro de 2020</b>
Capital de giro	29.450	-	463	(17.692)	(5.487)	14.136	20.870
Finep	2.941	-	59	(2.521)	(59)	-	420
	<b>32.391</b>	<b>-</b>	<b>522</b>	<b>(20.213)</b>	<b>(5.546)</b>	<b>14.136</b>	<b>21.290</b>

A Companhia e suas controladas estão sujeitas e vêm cumprindo determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de financiamentos e empréstimos, sendo as mais significativas as apresentadas a seguir:

- Cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência do contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado;
- Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência do contrato;
- Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do contrato;
- Manter em dia o pagamento de todas as obrigações de naturezas tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive as contribuições devidas ao COFINS, FGTS, PIS/PASEP;
- Enviar periodicamente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES balanços, balancetes e informações sobre a Companhia e suas controladas; e
- Cumprir a legislação referente ao transporte de bens importados financiados com recursos próprios.

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos nos seguintes anos:

<b>Ano de vencimento</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>
2025	33.603	33.603
	<u>33.603</u>	<u>33.603</u>

## 22 Salários e férias a pagar

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Salários e ordenados a pagar	7.647	5.980	6.251	4.700
Provisão PPR	3.858	2.897	3.857	2.897
Provisão de 13º e férias	15.690	7.890	10.783	5.435
	<b>27.195</b>	<b>16.767</b>	<b>20.891</b>	<b>13.032</b>

## 23 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
ICMS	5.705	4.730	5.291	4.263
Previdência social a recolher	9.045	4.849	7.370	3.583
FGTS a recolher	2.529	1.847	2.019	1.702
COFINS a recolher	3.442	2.828	3.020	2.633
IRRF a recolher	4.535	1.746	4.454	1.585
PIS a recolher	691	587	603	525
ISS a recolher	33	36	18	25
Parcelamentos (*)	4.480	5.498	-	-
Outros	541	-	519	-
	31.001	22.121	23.294	14.316
Passivo circulante	27.417	16.866	23.294	13.460
Passivo não circulante	3.584	5.255	-	856

(\*) Em novembro de 2009, a Controlada optou pelo parcelamento de seus débitos de contribuições previdenciárias e impostos federais, vencidos até 30 de novembro de 2008, através da adesão ao programa REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, o qual foi consolidado em junho de 2011 pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Nos termos da legislação pertinente, a controlada tem a obrigação de permanecer adimplente com relação aos pagamentos das parcelas mensais do referido parcelamento, como condição essencial à sua manutenção. O não cumprimento dessa obrigação acarretará a exclusão e o cancelamento dos benefícios concedidos e também a exigência imediata dos débitos vencidos e a vencer, no seu valor original, com incidência dos acréscimos legais até a data da exclusão. A Companhia vem cumprindo tempestivamente os pagamentos previstos para esse parcelamento.

## 24 Partes relacionadas

		<b>Consolidado</b>				
		<b>2021</b>		<b>2020</b>		
<b>Ativo circulante</b>	<b>Relacionamento</b>	<b>Nota</b>	<b>Saldos</b>	<b>Receitas (despesas)</b>	<b>Saldos</b>	<b>Receitas (despesas)</b>
<b>Venda de produtos</b>						
Comercial Lupo S.A.	(i)		8.022	23.644	6.214	8.766
Diversos	(iv)		307	4.974	2.202	5.503
Diversos	(iv)		<u>2.439</u>	<u>72.673</u>	<u>2.205</u>	<u>32.163</u>
		<b>11</b>	<u>10.768</u>	<u>101.291</u>	<u>10.621</u>	<u>46.432</u>
<b>Outras contas a receber</b>						
Diversos Diretoria	(iv)		<u>1.028</u>	-	<u>1.028</u>	-
<b>Total do ativo</b>			<u><u>11.796</u></u>	<u>-</u>	<u><u>11.649</u></u>	<u><u>46.432</u></u>
<b>Passivo circulante</b>						
<b>Serviços Hotelaria/Diversos</b>						
Comercial Lupo S.A.	(i)		(23)	(140)	(8)	(125)
Fornecedores	(iv)		<u>(32)</u>	-	-	<u>(50)</u>
		<b>20</b>	<u>(55)</u>	<u>(140)</u>	<u>(8)</u>	<u>(175)</u>
<b>Aluguéis a pagar</b>						
Lupo Adm. e Participações Ltda.	(iii)		(1.600)	(10.146)	(504)	(5.928)
Comercial Lupo S.A..	(iii)		<u>-</u>	<u>(43)</u>	-	-
			<u>(1.600)</u>	<u>(10.189)</u>	<u>(504)</u>	<u>(5.928)</u>
<b>Juros sobre capital próprio</b>						
Acionistas não controladores	(iv)		<u>(46.998)</u>	-	<u>(30.440)</u>	-
<b>Total do passivo</b>			<u><u>(48.653)</u></u>	<u><u>(10.329)</u></u>	<u><u>(30.952)</u></u>	<u><u>(6.103)</u></u>
		<b>Controladora</b>				
		<b>2021</b>		<b>2020</b>		
<b>Ativo circulante</b>	<b>Relacionamento</b>	<b>Nota</b>	<b>Saldos</b>	<b>Receitas (despesas)</b>	<b>Saldos</b>	<b>Receitas (despesas)</b>
<b>Venda de produtos</b>						
Comercial Lupo S.A.	(i)		8.022	23.644	6.214	8.766
Lupo Franquias Ltda.	(ii)		-	-	-	9
Itabuna Têxtil Ltda.	(ii)		22.196	6.252	24.817	11.080
Scalina Ltda.	(ii)		2	23	-	16
Scala Comércio de Roupas e Acessórios	(ii)		455	655	-	-
Diversos	(iv)		307	4.974	2.202	5.034
Diversos	(iv)		<u>2.396</u>	<u>72.093</u>	<u>2.205</u>	<u>32.163</u>
		<b>11</b>	<u>33.378</u>	<u>107.641</u>	<u>35.438</u>	<u>57.068</u>
<b>Adiantamentos</b>						
Diversos Diretoria	(iv)		<u>1.028</u>	-	<u>1.028</u>	-
<b>Total do ativo</b>			<u><u>34.406</u></u>	<u><u>107.641</u></u>	<u><u>36.466</u></u>	<u><u>57.068</u></u>
<b>Passivo circulante</b>						
<b>Serviços Hotelaria/Diversos</b>						
Comercial Lupo S.A.	(i)		(11)	(138)	(8)	(96)
Itabuna Textil Ltda.	(ii)		-	(1.013)	(910)	(5.898)
Scala Comércio de Roupas e Acessórios	(ii)		-	(67)	-	-
Fornecedores	(iv)		<u>(32)</u>	-	-	<u>(50)</u>
		<b>20</b>	<u>(43)</u>	<u>(1.218)</u>	<u>(918)</u>	<u>(6.044)</u>
<b>Débito Coligadas</b>						
Itabuna Textil Ltda.	(ii)		(4.505)	-	(3.373)	-

**Lupo S.A.**  
*Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2021*

Scalina Ltda.	(ii)	-	-	(1.042)	-
		<u>(4.505)</u>	<u>-</u>	<u>(4.415)</u>	<u>-</u>
<b>Aluguéis a pagar</b>					
Lupo Adm. e Participações Ltda.	(iii)	(1.600)	(10.146)	(504)	(5.928)
Scalina Ltda.		<u>-</u>	<u>(60)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>(1.600)</u>	<u>(10.206)</u>	<u>(504)</u>	<u>(5.928)</u>
<b>Juros s/ Capital Próprio</b>					
Acionistas não controladores	(iv)	<u>(46.998)</u>	<u>-</u>	<u>(30.440)</u>	<u>-</u>
<b>Total do passivo</b>		<u><u>(53.146)</u></u>	<u><u>(11.424)</u></u>	<u><u>(36.277)</u></u>	<u><u>(11.972)</u></u>

**(i) Comercial Lupo S.A.**

O saldo a receber e a pagar com a Comercial Lupo S.A., referem-se respectivamente, a venda de produtos para as lojas da Comercial Lupo S.A., como meias, cuecas, "lingeries", entre outros, e crédito de dividendos e juros sobre capital próprio.

**(ii) Scalina Ltda., Itabuna Ltda., Scala Comércio de Roupas e Acessórios e Lupo Franquias.**

O saldo a receber refere-se a serviços prestados e venda de produtos.

**(iii) Lupo Administração e Participações Ltda.**

O contas a pagar com a Lupo Administração e Participações Ltda. refere-se ao aluguel do prédio no qual a Lupo S.A. mantém suas operações industriais.

**(iv) Diretoria/acionistas e familiares**

O saldo a receber com os diretores e acionistas e familiares refere-se à venda de produtos para as lojas franqueadas de propriedade dos diretores, acionistas e familiares de acionistas, como meias, cuecas, "lingeries", entre outros.

**Remuneração da Diretoria**

Os diretores são as pessoas-chave que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, entre outros), contabilizados na rubrica "Despesas com Dirigentes".

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2021	2020
Remuneração da Diretoria	5.530	5.628

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

## 25 Provisão para processos judiciais

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como apresentado a seguir:

	Consolidado			Controladora		
	Tributária	Cíveis e trabalhistas	Total	Tributária	Cíveis e trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.938	2.555	14.493	-	-	-
(Reversões) complemento	<u>(9.480)</u>	<u>(1.570)</u>	<u>(11.050)</u>	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2.458</u>	<u>985</u>	<u>3.443</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
(Reversões) complemento	<u>9.242</u>	<u>1.465</u>	<u>10.392</u>	<u>6.768</u>	<u>-</u>	<u>6.768</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>11.700</u>	<u>2.450</u>	<u>13.835</u>	<u>6.768</u>	<u>-</u>	<u>6.768</u>

### Provisão tributária

As provisões tributárias referem-se a levantamentos feitos pela Receita Federal do Brasil e que se encontram sub judice. O aumento do saldo de contingências em dezembro de 2021 está relacionado ao processo no âmbito fiscal relacionado a discussão sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), considerando a decisão negativa aos contribuintes em maio de 2021.

### Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas - Controladora

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha em andamento processos de ordem tributária, cível e trabalhista, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 21.872 (R\$ 9.961 em 2020) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

### Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo mantinha em andamento processos de ordem tributária, cível e trabalhista, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 27.941 (R\$ 12.865 em 2020) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Segue a composição dos depósitos judiciais que estão sendo efetuados pela Companhia e suas controladas:

Descrição	Consolidado			Controladora		
	2020	(Reversão) complemento	2021	2020	(Reversão) complemento	2021
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	2.957	66	3.023	-	79	79
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	<u>5.052</u>	<u>(2.577)</u>	<u>2.475</u>	<u>261</u>	<u>(201)</u>	<u>60</u>
	<u>8.009</u>	<u>(2.511)</u>	<u>5.498</u>	<u>261</u>	<u>(122)</u>	<u>139</u>

Descrição	Consolidado			Controladora		
	2019	(Reversão) complemento	2020	2019	(Reversão) complemento	2020
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	4.689	(1.732)	2.957	-	-	-
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	2.237	2.815	5.052	-	261	261
	<b>6.926</b>	<b>1.803</b>	<b>8.009</b>	<b>-</b>	<b>261</b>	<b>261</b>

## 26 Instrumentos financeiros

### a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

#### Consolidado

31 de dezembro de 2021	Valor contábil			Total	Valor justo			Total
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativos</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	92.682	4.312	-	96.994	4.312	92.682	-	96.994
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	-	323.861	-	323.861	323.861	-	-	323.861
<b>Passivos</b>								
Fornecedores	-	-	(40.545)	(40.545)	(40.545)	-	-	(40.545)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(45.115)	(45.115)	-	(45.115)	-	(45.115)
Outras contas a pagar	-	-	(4.883)	(4.883)	(4.883)	-	-	(4.883)
31 de dezembro de 2020	Valor contábil			Total	Valor justo			Total
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativos</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	84.186	20.665	-	104.851	20.665	84.186	-	104.851
Títulos e Valores Mobiliários	17.446	-	-	17.446	-	17.446	-	17.446
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	-	271.378	-	271.378	271.378	-	-	271.378
<b>Passivos</b>								
Fornecedores	-	-	(41.795)	(41.795)	(41.795)	-	-	(41.795)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(21.306)	(21.306)	-	(21.306)	-	(21.306)
Outras contas a pagar	-	-	(5.547)	(5.547)	(5.547)	-	-	(5.547)

**Controladora**

31 de dezembro de 2021	Valor contábil			Total	Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	92.533	3.834	-	96.367	3.834	92.533	-	96.367
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	-	265.510	-	265.510	265.510	-	-	265.510
<b>Passivos</b>								
Fornecedores	-	-	(29.502)	(29.502)	(29.502)	-	-	(29.502)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(45.115)	(45.115)	-	(45.115)	-	(45.115)
Outras contas a pagar	-	-	(8.722)	(8.722)	(8.722)	-	-	(8.722)

31 de dezembro de 2020	Valor contábil			Total	Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Ativos</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	84.133	19.455	-	103.588	19.455	84.132	-	103.588
Títulos e Valores Mobiliários	17.446	-	-	17.446	-	17.446	-	17.446
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	-	221.983	-	221.983	221.983	-	-	221.983
<b>Passivos</b>								
Fornecedores	-	-	(29.033)	(29.033)	(29.033)	-	-	(29.033)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(21.290)	(21.290)	-	(21.290)	-	(21.290)
Outras contas a pagar	-	-	(8.915)	(8.915)	(8.915)	-	-	(8.915)

**b. Determinação do valor justo**

O valor justo é o valor pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e dispostas em uma transação em condições normais de mercado. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações nas métricas utilizadas para mensurar um valor por um valor confiável.

A Companhia e suas controladas mantém apenas o saldo de R\$ 47.567 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 80.326 em 31 de dezembro de 2020) para o consolidado e R\$ 47.418 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 80.289 em 31 de dezembro de 2020) para a controladora classificado como instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado e na classificação da hierarquia este instrumento é de nível 2.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia e suas controladas não efetuaram transferências entre níveis hierárquicos.

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos foram determinados para fins de mensuração e / ou divulgação com base nos métodos a seguir.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é uma aproximação razoável de seu valor justo.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

*Contas a receber de clientes e outros créditos*

O valor justo de contas a receber de clientes e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

*Passivos financeiros não derivativos*

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

**c. Gerenciamento de riscos financeiros**

*Visão geral*

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado - taxa de juros, taxa de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria Executiva determina as estratégias a serem adotadas em cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e estrangeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia e suas controladas por meio de relatórios internos de risco que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A Diretoria Executiva reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discussão de riscos e exposições.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos acima mencionados, os objetivos da Companhia e de suas controladas, políticas e processos de mensuração e gestão de risco, e a gestão de capital da Companhia e suas subsidiárias. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras consolidadas e da controladora.

*Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e

suas controladas. Os gestores de cada departamento reportam-se regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

#### *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

#### *Contas a receber de clientes e outros créditos*

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento no mercado que o cliente opera.

A Companhia e suas controladas limitam a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento parcelado de 08 meses para clientes.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia e suas controladas serem oferecidos. A análise da Companhia e suas controladas inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da Diretoria; esses limites são revisados anualmente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia e suas controladas somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito com clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo pessoa jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

Contas a receber de clientes e outros créditos são relacionadas principalmente aos clientes de varejo, atacado e franquias da Companhia. Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela Diretoria, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados. A Companhia e suas controladas não exigem garantias com relação às contas a receber de clientes e outros créditos.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e

outros créditos. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante julgado suficientes para cobrir prováveis perdas na realização e o critério definido pela Administração é, substancialmente, provisionar todo o saldo de contas a receber vencido há mais de 180 dias. O reflexo causado no contas a receber, onde aumentaram a inadimplência, pela pandemia - Covid 19, motivou a empresa a baixar efetivamente os créditos em 2021 no montante R\$ 7.857 (R\$ 2.738 em 2020) no consolidado e R\$ 1.022 em 2021 na controladora, além disso, reconheceu novas provisões para perda esperada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 1.126 em 2021 (R\$ 3.051 em 2020) no consolidado e R\$ 807 em 2021 (R\$ 1.329 em 2020) na controladora, perfazendo assim um provisão existente de R\$ 8.882 em 2021 (R\$ 15.613 em 2020) no consolidado e R\$ 4.529 em 2021 (R\$ 4.744 em 2020), pois os demais saldos vencidos estão representados substancialmente por grandes organizações e franquias que não possuem histórico de inadimplência, e os respectivos saldos estão sendo realizados durante o exercício atual.

Uma análise da qualidade de crédito do saldo de contas a receber de clientes que não estavam vencidas nem reduzidas ao valor recuperável e o vencimento das contas a receber de clientes vencidas mas não reduzidas ao valor recuperável está apresentada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber - A vencer	299.966	252.245	225.392	187.100
Contas a receber - Vencidas				
De 0 a 30 dias	12.667	8.938	11.189	6.793
De 31 a 60 dias	2.850	1.596	3.157	1.692
De 61 a 90 dias	559	987	1.790	2.156
De 91 a 180 dias	1.320	1.415	3.290	4.241
Acima de 181 dias	1.343	1.303	16.610	16.258
	318.705	266.484	261.428	218.240

#### *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Administração julga que a Companhia e suas controladas não têm risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

<b>Consolidado - 2021</b>						
	<b>Nota</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>7 - 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>3 - 5 Anos</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Empréstimos e financiamentos	<b>21</b>	45.115	-	11.512	-	33.603
Fornecedores	<b>20</b>	40.545	40.545	-	-	-
Outras contas a pagar		4.883	3.957	-	926	-
<b>Consolidado - 2020</b>						
	<b>Nota</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>7 - 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>3 - 5 Anos</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Empréstimos e financiamentos	<b>21</b>	21.306	5.218	6.514	9.574	-
Fornecedores	<b>20</b>	41.795	41.795	-	-	-
Outras contas a pagar		5.547	5.547	-	-	-
<b>Controladora - 2021</b>						
	<b>Nota</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>7 - 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>3 - 5 Anos</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Empréstimos e financiamentos	<b>21</b>	45.115	-	11.512	-	33.603
Fornecedores	<b>20</b>	29.502	29.502	-	-	-
Outras contas a pagar		8.722	7.796	-	926	-
<b>Controladora - 2020</b>						
	<b>Nota</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>6 meses ou menos</b>	<b>7 - 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>3 - 5 Anos</b>
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>						
Empréstimos e financiamentos	<b>21</b>	21.290	5.715	6.508	9.067	-
Fornecedores	<b>20</b>	29.033	29.033	-	-	-
Outras contas a pagar		8.815	7.629	-	1.286	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

#### *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia e suas controladas mantêm constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos seus resultados. Adicionalmente, também são analisados outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra estes.

#### *Risco cambial*

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma

moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros atrelados ao Dólar Norte-americano, Franco Suiço e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, financiamentos de importação e exportação e fornecedores.

#### *Análise de sensibilidade - Cambial*

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2021, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2021 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Cenários	Nota	Valor	Taxa	Consolidado 2021			
				Alta		Baixa	
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
<b>Ativos e passivos financeiros</b>							
Contas a receber – US\$	11	10.436	5,5799	13.045	15.654	7.827	5.218
Empréstimos e financiamentos – US\$	21	45.115	5.5805	56.394	67.673	33.836	22.558
Impacto no resultado				13.888	27.776	(13.888)	(27.776)
Cenários	Nota	Valor	Taxa	Controladora 2021			
				Alta		Baixa	
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
<b>Ativos e passivos financeiros</b>							
Contas a receber – US\$	11	9.277	5,5799	11.596	13.916	6.958	4.639
Empréstimos e financiamentos – US\$	21	45.115	5,5805	56.394	67.673	33.836	22.558
Impacto no resultado				13.598	27.196	(15.598)	(27.196)
Cenários	Nota	Valor	Taxa	Consolidado 2020			
				Alta		Baixa	
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
<b>Ativos e passivos financeiros</b>							
Contas a receber – US\$	11	5.447	5,1967	6.809	8.171	4.085	2.724
Fornecedores – US\$	20	(30)	5,1967	(38)	(45)	(23)	(15)
Fornecedores – EUR	20	(5.844)	6,3779	(7.305)	(8.766)	(4.383)	(2.922)
Empréstimos e financiamentos – US\$	21	(20.869)	5,1967	(26.086)	(31.304)	(15.652)	(10.435)
Impacto no resultado				(5.324)	(10.648)	5.324	10.648
Cenários	Nota	Valor	Taxa	Controladora 2020			
				Alta		Baixa	
				25.00%	50.00%	25.00%	50.00%
<b>Ativos e passivos financeiros</b>							
Contas a receber – US\$	11	3.763	5,1967	4.704	5.645	2.822	1.882
Fornecedores – US\$	20	(17)	5,1967	(22)	(26)	(13)	(9)
Fornecedores – EUR	20	(5.841)	6,3779	(7.301)	(8.762)	(4.381)	(2.921)
Empréstimos e financiamentos – US\$	21	(20.869)	5,1967	(26.086)	(31.304)	(15.652)	(10.435)
Impacto no resultado				(5.741)	(11.483)	5.741	11.483

### **Risco de taxa juros**

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	9	96.994	104.851	96.367	103.588
Títulos e valores mobiliários	10	-	17.446	-	17.446
Empréstimos e financiamentos	21	(45.115)	(21.306)	(45.115)	(21.290)
<b>Posição líquida</b>		<b>51.879</b>	<b>100.991</b>	<b>51.252</b>	<b>99.744</b>

As operações da Companhia são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas, por TJLP e CDI; sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

### **Apreciação das taxas**

#### *Apreciação das taxas - consolidado*

Instrumentos	Exposição 31/12/2021	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1 - Consolidado			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	92.682	CDI	9,25	11,56	2.141	13,88	4.291
<b>Passivos financeiros</b>							
Capital de giro	45.115	CDI	9,25	11,56	(1.042)	13,88	(2.089)
<b>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</b>					<b>1.099</b>		<b>2.202</b>

Instrumentos	Exposição 31/12/2020	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1 - Consolidado			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	84.186	CDI	2,75	3,44	2.896	4,13	3.477
Títulos e valores imobiliários	17.446	CDI	2,75	3,44	600	4,13	721
<b>Passivos financeiros</b>							
Capital de giro	(21.306)	Div.	4,66	5,83	(1.242)	6,99	(1.489)
<b>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</b>					<b>2.254</b>		<b>2.709</b>

*Apreciação das taxas - controladora*

Instrumentos	Exposição 31/12/2021	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1 – Controladora			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	92.533	CDI	9,25	11,56	2.138	13,88	4.284
<b>Passivos financeiros</b>							
Capital de giro	45.115	CDI	9,25	11,56	(1.042)	13,88	(2.089)
<b>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</b>					<u>1.096</u>		<u>2.195</u>

Instrumentos	Exposição 31/12/2020	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 1 – Controladora			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	84.133	CDI	2,75	3,44	2.894	4,13	3.475
Títulos e valores imobiliários	17.446	CDI	2,75	3,44	600	4,13	721
<b>Passivos financeiros</b>							
Capital de giro	(21.290)	Div.	2,64	3,30	(703)	3,96	(843)
<b>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</b>					<u>2.791</u>		<u>3.353</u>

*Depreciação das taxas*

*Depreciação das taxas - consolidado*

Instrumentos	Exposição 31/12/2021	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 2 - Consolidado			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	92.682	CDI	9,25	6,94	(2.191)	4,63	(4.282)
<b>Passivos financeiros</b>							
Capital de giro	45.115	CDI	9,25	6,94	1.042	4,63	2.084
<b>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</b>					<u>(1.099)</u>		<u>(2.198)</u>

Instrumentos	Exposição 31/12/2020	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 2 - Consolidado			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	84.186	CDI	2,75	2,06	1.734	1,37	1.153
Títulos e valores imobiliários	17.446	CDI	2,75	2,06	359	1,37	239
<b>Passivos financeiros</b>							
Capital de giro	(21.306)	Div.	4,66	3,50	(746)	2,33	(496)
<b>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</b>					<b>1.347</b>		<b>896</b>

*Depreciação das taxas - controladora*

Instrumentos	Exposição 31/12/2021	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 2 - Controladora			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	92.533	CDI	9,25	6,94	(2.138)	4,63	(4.275)
<b>Passivos financeiros</b>							
Capital de giro	45.115	CDI	9,25	6,94	1.042	4,63	2.084
<b>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</b>					<b>(1.096)</b>		<b>(2.191)</b>

Instrumentos	Exposição 31/12/2020	Risco	Taxa de juros efetiva a.a.	Cenário 2 - Controladora			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras	84.133	CDI	2,75	2,06	1.733	1,38	1.161
Títulos e valores imobiliários	17.446	CDI	2,75	2,06	600	1,38	241
<b>Passivos financeiros</b>							
Capital de giro	(21.289)	Div.	2,64	1,98	(422)	1,32	(281)
<b>Efeito no resultado e no patrimônio líquido</b>					<b>1.911</b>		<b>1.121</b>

*Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

### *Gestão de capital*

A política da Companhia e suas controladas é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital empregado médio *Economic Value Added (EVA)*. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

A Companhia e suas controladas procuram manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos, buscando vantagens e segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo da Companhia e suas controladas era obter uma boa rentabilidade nos períodos.

A dívida da Companhia e suas controladas para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Total do passivo	312.382	235.172	275.384	201.809
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e TVM	(96.994)	(122.297)	(96.367)	(121.034)
Dívida líquida (A)	215.388	112.875	179.017	80.775
Total do patrimônio líquido (B)	904.011	734.337	904.011	734.337
Relação dívida líquida sobre capital ajustado em 31 de dezembro (A/B)	23,8%	15,4%	19,8%	11,0%

Não houve alterações na abordagem da Companhia à Administração de capital durante o ano.

## **27 Patrimônio líquido**

### **Capital social**

O capital social integralizado da Companhia é de R\$ 628.156 em 2021 (R\$ 628.156 em 31 de dezembro de 2020), e está representado por 197.593.686 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (200.000.000 em 2020).

### **Reserva de lucros**

#### ***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### ***Reserva para investimentos***

Trata-se de reserva estatutária calculada com base no saldo remanescente dos lucros apurados no exercício após as destinações legais obrigatórias (reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios) sendo destinada à aplicação em investimentos futuros, que visa a financiar parte do orçamento de capital, preparado pela Diretoria, compreendendo aquisição de equipamentos e máquinas, desenvolvimento do parque industrial e capital de giro, seu valor foi proposto pela Administração para posterior aprovação dos acionistas em Assembleia a ser realizada em 2022.

**Reserva de liquidez**

A Companhia manterá um fundo de liquidez destinado a proporcionar liquidez aos acionistas relativamente às suas respectivas ações. Anualmente, a quantia de 10% do lucro líquido será destinada a este até que se atinja 20% do capital social. Em 2021, a administração decidiu por excluir a reserva de liquidez o estatuto da Companhia.

**Reserva de incentivo fiscal**

Se referem aos montantes apurados de incentivos fiscais recebidos para investimentos ( descritos na nota explicativa 8) e apresentados conforme segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Crédito Outorgado ICMS	58.308	-
Crédito Redução Base ICMS	27.219	-
	85.528	-

**Destinação do lucro líquido (prejuízo)**

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

	<b>2021</b>
Lucro líquido do exercício	297.274
Juros sobre capital próprio (*)	(25.000)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.150
Base de cálculo	<b>273.424</b>
Reserva legal 5%	(14.921)
Reserva de incentivos fiscais	(85.528)
Dividendo adicional proposto	(28.244)
Dividendo intermediário	(78.000)
Reserva de investimentos	66.731
	<b>2020</b>
Prejuízo do exercício	(16.973)
Juros sobre capital próprio	-
Ajuste de avaliação patrimonial	1.200
Base de cálculo	(15.773)
Reserva de lucros a destinar	-

(\*) De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 25.000 (R\$ 17.000 em 2020), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante. O Imposto de Renda e a

Contribuição Social do exercício foram reduzidos em R\$ 8.500 (R\$ 5.780 em 2020), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

O prejuízo de exercício foi absorvido pelas reservas de lucros, e foram aprovados pelos acionistas em Assembleia realizada em abril de 2021.

### **Ajustes de avaliação patrimonial**

Decorrentes do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem, além de resultado com transações entre acionistas. Na medida em que os bens, objeto da atribuição de novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para Lucros acumulados.

### **Dividendos adicionais**

Em 22 de novembro de 2021 por meio de reunião do conselho de administração, foi aprovado a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 78.000 para os acionistas da Companhia, proporcionalmente à participação de cada um deles.

## **28 Receita operacional líquida**

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta				
Vendas mercado interno	1.617.258	890.055	1.340.322	713.054
Vendas mercado externo	19.493	11.176	17.807	4.815
Receitas de franquias	-	10.756	-	1.710
Receitas de aluguéis	<u>366</u>	<u>809</u>	<u>390</u>	<u>818</u>
	1.637.117	912.796	1.358.51	720.397
Menos:				
Impostos sobre vendas	(281.907)	(151.646)	(249.882)	(130.714)
Descontos concedidos	(6.757)	(5.245)	(3.731)	(3.649)
Devoluções e abatimentos	<u>(20.197)</u>	<u>(23.715)</u>	<u>(14.306)</u>	<u>(16.667)</u>
Total de receita operacional líquida	<u>1.328.256</u>	<u>732.190</u>	<u>1.090.600</u>	<u>569.367</u>

### **Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita**

O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle do produto para seus clientes. Os principais clientes do Grupo são as multimarcas, franquias e lojas de departamento - as vendas são feitas diretamente a eles e o Grupo não opera em regime de consignação. A transferência de controle normalmente ocorre quando as mercadorias encomendadas por uma loja são entregues a ela. A receita é mensurada com base na contraprestação acordada com o cliente no momento da realização do pedido. O Grupo não oferece programa de fidelidade ou abatimento ou qualquer outro tipo de acordo que possa resultar em ajustes nos preços determinados no momento da realização do pedido. O Grupo é apenas obrigado a reembolsar ou substituir produtos defeituosos ou danificados, no entanto, o custo de tais reembolsos ou substituições não tem sido historicamente significativo.

## Segmentos operacionais

A Companhia e suas controladas possuem apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia e suas controladas estão organizadas, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia e suas controladas estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Lupo, TriFil e Scala e Canal: Multimarca, Franquias, Lojas de departamento, Private label e Webstore), no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

Marca	Consolidado	
	2021	2020
Lupo	934.610	501.838
TriFil	208.867	146.464
Lupo Sport	131.040	59.545
Outras (i)	34.311	13.254
<b>Receita mercado interno</b>	<b>1.308.828</b>	<b>721.101</b>
<b>Receita mercado externo (ii)</b>	<b>19.428</b>	<b>11.089</b>
<b>Receita líquida total</b>	<b>1.328.256</b>	<b>732.190</b>

(i) Considera vendas da marca Scala, de matérias-primas como fios, elásticos, acessórios e aluguel de imóveis.

(ii) A receita com o mercado externo não está evidenciada por marca, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2021 representa apenas 1,46% (1,51% em 31 de dezembro de 2021) do total consolidado da receita operacional líquida.

Canal	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Multimarcas	781.681	447.774
Franquias	388.126	159.538
Lojas de departamento	125.699	104.822
<i>Private label</i>	10.425	7.222
Outras (i)	2.897	1.745
<b>Receita mercado interno</b>	<b>1.308.828</b>	<b>721.101</b>
<b>Receita mercado externo (ii)</b>	<b>19.428</b>	<b>11.089</b>
<b>Receita líquida total</b>	<b>1.328.256</b>	<b>732.190</b>

(i) Considera substancialmente aluguel de propriedade.

(ii) A receita com o mercado externo não está evidenciada por modalidade, tendo em vista que em 31 de dezembro de 2021 representa apenas 1,46% (1,51% em 31 de dezembro de 2021) do total consolidado da receita operacional líquida.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Receita mercado interno	1.590.736	872.747
Receita mercado externo	19.428	11.089
<b>Receita</b>	<b>1.610.164</b>	<b>883.837</b>
Deduções da receita (Impostos)	(281.908)	(151.647)
<b>Receita líquida total</b>	<b>1.328.256</b>	<b>732.190</b>

## 29 Custos dos produtos vendidos

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(515.438)	(297.433)	(429.009)	(216.027)
Despesas com pessoal	(245.294)	(182.273)	(198.237)	(136.048)
Depreciação e amortização	(21.121)	(18.093)	(18.237)	(14.972)
Energia elétrica	(24.613)	(16.847)	(14.078)	(9.103)
Outros	(9.114)	(35.651)	(4.290)	(29.705)
	<b>(815.580)</b>	<b>(550.297)</b>	<b>(663.851)</b>	<b>(405.855)</b>

### 30 Despesas com vendas

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com fretes e serviços prestados	(55.648)	(42.362)	(41.565)	(28.977)
Comissões sobre as vendas	(61.448)	(33.022)	(47.913)	(25.751)
Despesas com pessoal	(29.280)	(26.385)	(23.093)	(19.288)
Propaganda e publicidade	(14.913)	(4.681)	(13.081)	(4.620)
Direitos autorais	(1.801)	(1.344)	(1.360)	(809)
Materiais de consumo	(902)	(117)	(137)	(85)
Depreciação e amortização	(817)	(895)	(747)	(736)
Outras	(25)	-	(13)	-
	<u>(164.834)</u>	<u>(108.806)</u>	<u>(127.909)</u>	<u>(80.266)</u>

### 31 Despesas administrativas e gerais

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com pessoal	(29.467)	(28.422)	(23.841)	(19.476)
Serviços prestados e outros	(21.353)	(9.112)	(17.943)	(6.156)
Despesa com dirigentes	(3.909)	(3.580)	(3.909)	(3.580)
Despesas gerais	(11.955)	(4.963)	(5.376)	(3.200)
Depreciação e amortização	(4.529)	(2.798)	(2.227)	(2.415)
	<u>(71.213)</u>	<u>(48.875)</u>	<u>(53.296)</u>	<u>(34.827)</u>

### 32 Outras receitas (despesas) operacionais

Corresponde substancialmente a créditos de Pis e Cofins a recuperar conforme mencionado na nota explicativa nº 14

<i>Outras receitas operacionais</i>	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Recuperação de despesas (*)	99.400	4.249	33.544	653
Reversão de provisão para contingência	16.015	11.666	11.523	414
Receitas eventuais	481	-	480	5.486
Venda de ativo fixo	75	-	-	-
Outros	411	6.548	413	314
	<u>116.382</u>	<u>22.463</u>	<u>45.960</u>	<u>6.867</u>

(\*) valor substancialmente referente ao crédito de Pis e Cofins da controlada Itabuna, no valor de R\$ 64.639, pelo reconhecimento do crédito de Pis e Cofins da controladora no valor de R\$ 23.984 e registro no valor de 8.944 referente ao IRPJ/CSLL pagos a maior durante o período de 10/2019 a 08/2021 sobre a Selic ( referente ao processo judicial nº 5002597-27.2017.403.6114 da controladora). Informações adicionais aos referidos valores podem ser consultados na Nota Explicativa nº 14.

<i>Outras despesas operacionais</i>	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Provisão para contingências	(24.859)	(2.725)	(18.291)	(2.725)
Indenizações	(5.822)	(1.736)	-	-
Doações incentivadas	(2.111)	-	(2.111)	-
Custo de imobilizado baixado	(794)	(134)	(794)	(237)
Contribuição para união	(74)	(119)	-	-
Despesas legais	(6)	(6)	-	-
Outras manutenções	-	(3.838)	-	-
Outros	(6.061)	(1.639)	(4.655)	(448)
	<u>(39.727)</u>	<u>(10.197)</u>	<u>(25.851)</u>	<u>(3.410)</u>

### 33 Receitas e despesas financeiras

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2021	2020	2021	2020
<b>Receita financeira:</b>				
Juros recebidos	8.557	4.578	7.774	4.098
Descontos obtidos	1.105	501	163	51
Ganho de variação cambial	3.249	3.957	3.052	2.236
Outras	188	-	188	-
Total das receitas financeiras	<u>13.099</u>	<u>9.036</u>	<u>11.177</u>	<u>6.385</u>
	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2021	2020	2021	2020
<b>Despesa financeira:</b>				
Despesa de juros sobre passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(7.859)	(5.398)	(6.811)	(4.805)
Perda de variação cambial	(5.910)	(5.329)	(5.837)	(4.586)
Descontos concedidos	<u>(4.599)</u>	<u>(4.838)</u>	<u>(3.682)</u>	<u>(3.915)</u>
Total das despesas financeiras	<u>(18.368)</u>	<u>(15.565)</u>	<u>(16.330)</u>	<u>(13.306)</u>
<b>Financeiras líquidas</b>	<u><u>(5.269)</u></u>	<u><u>(6.529)</u></u>	<u><u>(5.153)</u></u>	<u><u>(6.921)</u></u>

### 34 Resultado por ação

O lucro básico por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade de ações ordinárias emitidas, excluindo as ações compradas pela companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>Consolidado e Controladora</u>	
	2021	2020
<b>Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia</b>	<b>297.274</b>	<b>(16.973)</b>
Quantidade de ações ordinárias – milhares	197.594	200.000
Quantidade de ações ordinárias em tesouraria - milhares	-	(2.406)
	<u>197.594</u>	<u>197.594</u>
Lucro Básico por ação – R\$	<u><u>1,5045</u></u>	<u><u>(0,1719)</u></u>

## **35 Eventos subsequentes**

### **Combinação de negócios e compra de ativos**

Em 24 de fevereiro de 2022 foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica a aquisição do complexo industrial no município de Pacatuba, localizado no estado do Ceará e de determinados ativos de sua operação, atualmente detidos pela Marisol Vestuário S.A. pelo montante total de R\$ 115.000, sendo:

- R\$ 40.000 referente a máquinas e equipamentos e empregados adquiridos pela controlada Itabuna Têxtil Ltda.; e
- R\$ 75.000 referente a parte do ativo imobiliário onde está instalado o complexo industrial adquirido pela parte relacionada Lupo Administração e Participações Ltda.

\* \* \*

#### **Diretoria**

Liliana Aufiero  
Diretora-presidente

Carlos Alberto Mazzeu  
Diretor Vice-Presidente e Diretor de RI

#### **Conselho da Administração**

Carlos Dinucci - Presidente  
Ricaró Lupo  
Altamiro Boscoli  
Hugo Alessandro Vasconcelos Rodrigues  
Elvio Lupo Junior  
Isabele Lúcia Ricard Rochat  
Liliana Aufiero

#### **Contador**

André Fernando Bueno  
CRC/SP nº 1SP 277378/O-6